

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

-----Aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, nesta vila de Bombarral e salão nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Luís Alberto Camilo Duarte, do senhor vice-Presidente João Carlos Barreiras Duarte e dos senhores Vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, José João Jesus Ferreira, Maria Teresa Rodrigues Faustino e Bruno António Martins Santos. -----

-----Secretariou a reunião o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Estiveram igualmente presentes a senhora Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Aires, da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Sérgio Manuel Silva Duarte e da Divisão Técnica Maria Antónia Vargas. -----

-----Pelas 15.15 horas foi a reunião aberta. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 0100. ACTA N.º 03/2007:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por unanimidade aprovar a acta n.º 03/2007 respeitante à reunião de Câmara de 22.01.2007. -----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO

- 0101. NUNO MATOS SILVA:** Presente o senhor Nuno Matos Silva, disse vir a reunião de Câmara pelo mesmo motivo que cá esteve da última vez – as consequências das intempéries na Quinta da Granja. Agradeceu a deslocação do executivo ao local, tendo visto com simpatia que toda a Câmara se interessou pelo problema. Na altura alguém ligado à protecção civil falou-lhe que iriam fazer as contas a pensar nos prejuízos. Na altura das cheias actuaram com urgência tendo tido muito trabalho para salvar o que puderam. Listou um pouco o que a intempérie representou para eles, tendo deixado hoje um relatório no gabinete de apoio à presidência. Estimam os prejuízos em cerca de € 50.000, o que é expressivo. Defendeu três medidas: estancar as más práticas ambientais; mitigar os prejuízos sofridos; estudar convenientemente e com urgência aquela zona de leito de cheia. O pior dos cenários é voltar-se a repetir os acontecimentos de Novembro passado. Começam a vir os dias bons e tendem a esquecer o que presenciaram naquele dia. Lembrou que o nosso rio é descrito como um rio de enxurrada e foi isso que viram.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que vai distribuir o documento aos vereadores e numa próxima reunião irão agendar esta matéria para se tomarem algumas medidas para obviar à repetição dos problemas.-----

-----O senhor vereador Gabriel Martins constatou com satisfação que os trabalhos que a Quinta da Granja andou a efectuar estão feitos numa extensão grande, o que terá sido um esforço financeiro bastante grande, tendo havido a preocupação em resolver um problema que se poderia voltar a colocar. Pena é que outros proprietários, assim como a Câmara Municipal do Bombarral, não tenham feito o mesmo. A preocupação trazida deve-se estender a todos e tem a ver com o que se tem passado nos últimos anos na zona dos Baceiros. A nível do Plano de Urbanização da vila terão que considerar com muita atenção que tipos de uso de solo querem para aquela área.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que neste momento está a desenvolver-se um projecto interessante em que vamos ter alunos de pós-graduação no Bombarral

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

0102.

para um estudo que incide na relação do espaço urbano com o rio. -----
UNião PROGRESSIVA DO VALE COVO: Presente o senhor Hélder Ventura acompanhado de outro elemento da direcção da União Progressiva do Vale Covo, manifestaram-se surpreendidos e admirados com a atribuição do subsídio de 2006, questionando quais os critérios da mesma. Entregaram o plano de actividades permanentes e pontuais. O tiro alvo, que é uma actividade federada, não recebeu qualquer apoio, sabendo que houve outras colectividades com actividades permanentes não federadas às quais foi atribuído subsídio. Nas actividades pontuais só receberam € 1000 para o festival de ginástica que foi organizado pela Câmara Municipal com o apoio do Sport Clube Escolar Bombarralense e da União Progressiva do Vale Covo, tendo a Câmara Municipal assumido o compromisso de que a União Progressiva do Vale Covo pagaria € 2000 e depois seria compensada nos subsídios com esse valor. O festival de encerramento da ginástica não foi contemplado, tendo outra colectividade do concelho recebido € 1.000 pela mesma actividade. 25000 Atletas irão participar na Gimnaestrada Mundial na Áustria e a União Progressiva do Vale Covo foi seleccionada e vai participar na noite de Portugal e isso terá um custo de cerca de € 12.000. Portugal vai ter uma zona de exposição dos municípios participantes na Gimnaestrada Mundial e era bom que o Bombarral aproveitasse esse espaço, expondo o que o concelho tem para oferecer.-----

-----O senhor vereador José João Ferreira disse que isto é repetir o que já foi transmitido numa reunião que teve com a colectividade. Aquando da atribuição dos subsídios houve uma proposta subscrita por si e, posteriormente, outra proposta apresentada pelo PS e da qual não é responsável. Em relação ao tiro ao alvo, disse que toda a informação sobre as colectividades da área do desporto, foi-lhe transmitida pelo colaborador nesta área António José Faustino, sendo verdade que esta situação podia ter sido considerada. Quanto a sentirem-se prejudicados pelo valor do festival de ginástica, foi-lhe transmitido pelo senhor António José Faustino que dentro da verba disponível essa seria uma verba assumida e que não podia ser alterada. Na altura da votação das propostas alertou para esse facto. -----

-----O senhor vereador Bruno Santos disse não se recordar de alguma vez ter sido referida a questão do festival de Ginástica organizado pela Câmara Municipal e esse compromisso com a União Progressiva do Vale Covo. Em relação ao festival de encerramento, o entendimento é que como o festival de ginástica foi organizado pela Câmara, não entrava na União Progressiva do Vale Covo pelo que a verba para o festival de ginástica da União Progressiva do Vale Covo seria equivalente ao do Sport Clube Escolar Bombarralense. Nunca foi dito que havia compromisso com a União Progressiva do Vale Covo.-----

-----O senhor vereador José João Ferreira disse ter lido várias vezes os documentos entregues pelas colectividades e não estavam escritos em chinês. Os senhores vereadores Bruno Santos e Teresa Faustino tiveram acesso e tempo suficiente para analisar os planos de actividades das colectividades. Pode não ter sido explícito mas deu a informação.-----

-----A senhora vereadora Teresa Faustino considerou que o ter-se acesso aos planos de actividades das colectividades não quer dizer nada porque fazer planos de

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

actividades é uma coisa e fazer-se as actividades é outra. Na data em que vieram as propostas de subsídios a reunião de Câmara, já não podiam considerar os planos de actividades. Lembrou que houve uma colectividade que veio dizer que prescindia do subsídio para uma actividade que não realizou. A atribuição de subsídios foi feita com discussão e alguma polémica, mas ninguém sabia ao certo o que se tinha ou não feito. Acredita que não tenha sido com má intenção, mas o senhor vereador José João Ferreira não disse que o valor para a União Progressiva do Vale Covo estava comprometido. O senhor vereador José João Ferreira não esteve de acordo com a proposta alternativa por várias razões, mas esta questão não foi explicitamente dita. Se lhes passasse pela cabeça a existência de tal compromisso, a proposta não tinha sido feita. -----O senhor vereador José João Ferreira disse que pode não ter sido bem explicito, mas falou no assunto, tal como falou num assunto idêntico em relação ao Sport Clube Escolar Bombarralense, alertando que havia um compromisso assumido quanto às festas da vila e isso também não foi considerado.-----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse que os compromissos que o senhor Presidente da Câmara assumir a título individual paga-os ele. Sempre que os sete elementos do executivo não o aprovarem, o senhor Presidente da Câmara não se pode comprometer seja com quem for. A União Progressiva do Vale Covo já desembolsou dinheiro e não tiveram fontes de financiamento, ao contrário de outras.-----

-----O senhor Presidente da Câmara considerou que aquilo que o senhor vereador Gabriel Martins disse é metade verdade e metade mentira. Uns meses antes da aprovação dos subsídios na Câmara, informou o executivo que tinha havido um compromisso com o Sport Clube Escolar Bombarralense e ninguém questionou isso. Aquando da atribuição de subsídios foi desmentido em acta que tinha informado desse compromisso, tendo tido depois que informar o senhor vereador que tal não correspondia à verdade e este retirou as declarações da acta. A senhora vereadora Teresa Faustino sabe que só tivemos orçamento em Abril de 2006, pelo que era impensável antes do orçamento aprovado atribuir-se subsídios às colectividades. Há efectivamente situações que têm a ver com o Festival de Ginástica da Câmara Municipal. Era tradição o Sport Clube Escolar Bombarralense e a União Progressiva do Vale Covo organizarem os seus festivais de ginástica. Como não o iam fazer em 2006, lançaram o desafio à Câmara Municipal de assumir a respectiva organização com o apoio das duas colectividades, assumindo a União Progressiva do Vale Covo alguma logística da organização sendo depois compensada em termos de atribuição de subsídio.-----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse não ter desmentido que o senhor Presidente da Câmara tinha assumido o compromisso. O que disse é que o senhor Presidente da Câmara assumiu o compromisso a título individual que só o vincula a ele. Se deu conhecimento à Câmara Municipal e esta nada disse, o silêncio ainda não vale como consentimento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que mais uma vez isso não é verdade porque foi por desafio dos vereadores do PS que deu essa informação. Se havia discordâncias deviam tê-lo dito logo nessa altura, mas, inserido na conjuntura, quem cala consente.-----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse que se na altura foi assumido esse

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

compromisso de ser o Sport Clube Escolar Bombarralense a levar a efeito as festas da vila, na Câmara Municipal não foram tidos nem achados. O senhor Presidente da Câmara é que optou por não ser a Câmara Municipal a realizar as festas da vila entregando a organização ao Sport Clube Escolar Bombarralense.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que este tipo de observação só demonstra que o senhor vereador Gabriel Martins tem estado desligado do que se passa em todos os concelhos em termos de rentabilização dos recursos das colectividades. -----

-----O senhor vereador Gabriel Martins lembrou que hoje estão em ordem do dia duas propostas de regulamento de apoio ao movimento associativo e qualquer delas contempla o apoio a actividades pontuais. Seria conveniente a União Progressiva do Vale Covo apresentar um documento à Câmara para esta ver a possibilidade de atribuir algum apoio para a participação na XIII Gimnaestrada Mundial.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DO SENHOR VEREADOR GABRIEL MARTINS: -----

0103. PAGAMENTO A ÁRBITROS DO TORNEIO DE FUTSAL: Questionou a senhora Chefe da Divisão Financeira sobre a forma como foram pagos os árbitros do torneio de futsal. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que tinham a indicação de que quem tem de receber é o Núcleo de Árbitros da Marinha Grande, mas sendo um benefício dos árbitros e não do Núcleo este não podia passar a declaração, pelo que lhes foi dada a indicação pelo tesoureiro do Núcleo e pela responsável do Pavilhão Municipal de que os pagamentos lhe seriam feitos a ele que posteriormente pagaria aos árbitros. -----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse que neste caso há um particular que recebeu um cheque da Câmara sobre um serviço que não prestou e a declaração que passa é do Núcleo de Árbitros da Marinha Grande a confirmar que recebeu o cheque. O senhor mandou para a Câmara um simples email que diz que o cheque deve ser passado em nome de Alberto Manuel Martins Pereira e enviado para a morada do mesmo e com base nisso a Câmara Municipal faz um pagamento a um individuo que não tem legitimidade para o receber. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse ter uma informação da responsável pelo Pavilhão Desportivo Municipal a dizer que é para se efectuar o pagamento ao senhor Alberto Manuel Martins Pereira.-----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse que a responsável pelo Pavilhão Desportivo Municipal não tem responsabilidade porque não tem obrigação de saber como é que as coisas se fazem. Não sabe como é que o senhor Alberto Manuel Martins Pereira vai fazer em termos de IRS ou como é que a Câmara Municipal lhe vai passar uma declaração. Perguntou se existe mais alguma situação nesta Câmara nestas condições e se é possível fazer-se isto.-----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse existirem pagamentos ao mesmo senhor relativos aos árbitros do IV Torneio de Futsal e ao Torneio Vila do Bombarral. Que tenha conhecimento não existe mais nenhuma situação deste género. -----

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

ORDEM DO DIA

- 0104. OBRAS PARTICULARES:-----**
- 0104.01 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR - ALTERAÇÃO AO PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 56/06/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Paulo Jorge Pereira Mimoso, datado de 2007.01.09, foi deliberado por unanimidade aprovar a alteração ao projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita na Rua dos Picaus, vila e freguesia de Bombarral. -----
- 0104.02 INSTALAÇÃO DE DEPÓSITO DE GÁS:** Apreciado o processo n.º 74/05/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma GAVEDRA, Lda, datado de 2006.11.24, foi deliberado por unanimidade aceitar o montante do seguro de responsabilidade civil do titular da licença de exploração da instalação de depósito de gás no lugar da Delgada, freguesia de Roliça. -----
- 0104.03 INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 126/06/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Alberto Félix dos Santos, datado de 2006.10.10, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para instalação de estabelecimento de bebidas sito na Av. Dr. Joaquim Albuquerque, vila e freguesia de Bombarral, condicionado ao cumprimento da informação n.º 501/DOPPU/SLOP/2006 e á apresentação de nova memória descritiva com a correcção da lotação do estabelecimento. -----
- 0104.04 AUTO DE VISTORIA AO ABRIGO DO Nº 1 DO ARTIGO 90º DO D.L Nº 555/99 DE 16.12 ALTERADO E REPUBLICADO PELO D.L. Nº 177/2001, 04.06:** Apreciado o auto de vistoria efectuada ao abrigo do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro e republicado pelo Decreto-lei n.º 177/2001, de 04 de Junho, ao escritório de contabilidade Freecount de Diana Henriques Martins, sito na Praça do Município, 4, sala 3, Largo do Município, vila e freguesia de Bombarral, foi deliberado por unanimidade notificar o proprietário da Churrasqueira Twins, para no prazo de 30 dias proceder à remoção do aparelho de extracção de fumos e gases existente, permitindo o total desafogo do corredor de acesso às fracções do primeiro piso de acordo com a informação n.º 32/DOPPU/07. -----
- 0104.05 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR – PROJECTO DE ARQUITECTURA DAS ALTERAÇÕES À FRACÇÃO A:** Apreciado o processo n.º 25/01/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma Construções Juscar, Lda, datado de 2007.01.10, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura das alterações à fracção A de edifício de habitação multifamiliar sito na Rua D. Afonso Henriques, vila e freguesia de Bombarral. -----
- 0104.06 AMPLIAÇÃO DE MORADIA - PROJECTO DE ARQUITECTURA E DAS ESPECIALIDADES DAS ALTERAÇÕES EFECTUADAS NO DECURSO DA OBRA:** Apreciado o processo n.º 97/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor António Fernando Santos Silva, datado de 2006.12.28, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e deferir a licença das alterações efectuadas no decurso da obra de ampliação de moradia sita na estrada nacional 8, lugar de São Mamede, freguesia de Roliça. -----
- 0104.07 CONSTRUÇÃO DE LAR DE IDOSOS - ALTERAÇÕES AO PROJECTO DE ARQUITECTURA E ESPECIALIDADES:** Apreciado o processo n.º 107/03/01, iniciado a

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 220 requerimento apresentado pela senhora D. Maria Natália Ferreira Santos, datado de
221 2006.11.27, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e deferir
222 a licença das alterações efectuadas no decurso da obra de construção de lar de ido-
223 sos sito no lugar da Delgada, freguesia de Roliça. -----
- 224 **0104.08 CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 54º DA LEI Nº**
225 **64/2003 DE 23.08:** Apreciado o processo n.º 52/07/04, iniciado a requerimento apre-
226 sentado pela senhora D. Ana Paula Oliveira da Silva, datado de 2007.01.19, foi delibe-
227 rado por unanimidade aprovar a constituição de compropriedade ao abrigo do art. 54.º
228 da Lei 64/2003, de 23 de Agosto, para 2 proprietários em prédio rústico, inscrito na
229 matriz predial da freguesia do Carvalhal, com o artigo 33 da secção L, classificado na
230 planta de ordenamento do PDM como urbanizável de nível 2. -----
- 231 **0104.09 CONSTRUÇÃO DE ARMAZENS – ENTREGA DE TELAS FINAIS DO PROJECTO**
232 **DE ESTABILIDADE E PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZON-**
233 **TAL:** Presente o processo n.º 89/03/01, iniciado a requerimento apresentado pela fir-
234 ma DOMPLÁS – Plásticos Flexíveis Pirotecnia, Lda, com as telas finais do projecto de
235 estabilidade e a solicitar a constituição de propriedade horizontal de armazéns sitos na
236 zona industrial 7, vila e freguesia de Bombarral, foi o mesmo retirado da ordem do dia.
- 237 **0104.10 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA E DAS**
238 **ESPECIALIDADES DAS ALTERAÇÕES EFECTUADAS NO DECURSO DA OBRA:**
239 Apreciado o processo n.º 71/05/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor
240 Luís Manuel Pereira Tomás, datado de 2007.01.05, foi deliberado por unanimidade
241 aprovar o projecto de arquitectura e deferir a licença das alterações efectuadas no
242 decurso da obra de construção de moradia e muro sitos no lugar do Camarão, fregue-
243 sia de Bombarral, condicionado ao cumprimento da informação 0041/DOPPU/07.-----
- 244 **0104.11 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR – PROJECTO DAS ESPECIALIDA-**
245 **DES:** Apreciado o processo n.º 16/06/01, iniciado a requerimento apresentado pelo
246 senhor Ricardo José Jesus Gomes, datado de 2007.01.03, a solicitar licença para
247 construção de moradia unifamiliar sita no Casal Novo, freguesia de Carvalhal e verifi-
248 cando-se que foram presentes os necessários projectos de especialidades, foi delibe-
249 rado por unanimidade deferir o licenciamento pelo período de 12 meses, condicionado
250 ao cumprimento da informação n.º 0042/DOPPU/07. -----
- 251 **0104.12 INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS E DE COMÉRCIO – PRO-**
252 **JECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 46/06/01, iniciado a requeri-
253 mento apresentado pelo senhor Claudino Martins da Fonseca, datado de 2006.09.15,
254 foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para instalação de
255 estabelecimento de bebidas e comércio sito na Rua da Filarmónica, lugar e freguesia
256 de Carvalhal, condicionado ao cumprimento em sede de especialidades das indica-
257 ções da delegação de saúde e á junção dos projectos de especialidades mencionados
258 na informação n.º 24/DOPPU/SLOP/2007 com excepção do projecto de estabilidade.
259 Atendendo a que se reconhece por unanimidade que naquele espaço sempre funcio-
260 nou um estabelecimento de bebidas / café, entendeu o executivo isentar o proponente
261 de lugares de estacionamento não previstos. -----
- 262 **0104.13 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO – PROJECTO DE ARQUI-**
263 **TECTURA:** Apreciado o processo n.º 4/07/01, iniciado a requerimento apresentado

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 264 pela senhora D. Maria Inês Esteves de Oliveira Nunes, datado de 2007.01.16, foi deli-
265 berado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de mora-
266 dia unifamiliar e muro sitos na Rua José Pereira da Conceição, vila e freguesia de
267 Bombarral, condicionado ao cumprimento da informação n.º 36/DOPPU/SLOP/2007 e
268 á introdução das seguintes correcções, na fase de apresentação do projecto de espe-
269 cialidades – deverá ser minorado o impacto visual e volumétrico promovido pela cons-
270 trução a tardoz com a adopção de 3 águas na cobertura; o alinhamento do muro deve-
271 rá garantir a construção do passeio adjacente com o alinhamento do existente a Sul. -
- 272 **0104.14 OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – OBRAS DE URBANIZAÇÃO:** Apreciado o proces-
273 so n.º 6/05/03, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Joaquim José V.
274 Ribeiro Tavares, datado de 2007.01.10, foi deliberado por unanimidade aprovar as
275 obras de urbanização da alteração de operação de loteamento sita na Rua D. Afonso
276 Henriques, vila e freguesia de Bombarral, condicionado ao cumprimento da informação
277 n.º 43/DOPPU/07 e fixando o prazo de execução das obras de urbanização e o mon-
278 tante da caução de acordo com a mesma informação.-----
- 279 **0104.15 AUTO DE VISTORIA AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 35 DO DECRETO-LEI Nº**
280 **168/97 DE 04.07 ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº 57/2002**
281 **DE 11.03:** Apreciado o auto de vistoria efectuada ao abrigo do n.º 1 do artigo 35.º do
282 Decreto-lei n.º 168/97 de 04 de Julho e republicado pelo Decreto-lei n.º 57/2002, de 11
283 de Março, ao estabelecimento Estrela do Oeste de Mário Carvalho Gil, sito na Rua
284 Salvador Carvalho dos Santos, n.º 4, lugar e freguesia do Pó, foi deliberado por una-
285 nimidade notificar o proprietário do imóvel para no prazo de 60 dias apresentar projec-
286 to de licenciamento de acordo com as disposições legais do regime jurídico da instala-
287 ção e do funcionamento de estabelecimentos de restauração e bebidas regulado pelo
288 Decreto-lei 168/97 e em cumprimento de todas as indicações constantes do auto de
289 vistoria. -----
- 290 **0104.16 AUTO DE VISTORIA AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 35 DO DECRETO-LEI Nº**
291 **168/97 DE 04.07 ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº 57/2002**
292 **DE 11.03:** Apreciado o auto de vistoria efectuada ao abrigo do n.º 1 do artigo 35.º do
293 Decreto-lei n.º 168/97 de 04 de Julho e republicado pelo Decreto-lei n.º 57/2002, de 11
294 de Março, ao estabelecimento Churrasqueira Guardião explorado por Ana Maria Jesus
295 Fernandes Poseiro, sito na Rua Manuel Marques, 5, lugar e freguesia do Pó, foi deli-
296 berado por unanimidade notificar o proprietário do imóvel para no prazo de 60 dias
297 apresentar projecto de licenciamento de acordo com as disposições legais do regime
298 jurídico da instalação e do funcionamento de estabelecimentos de restauração e bebi-
299 das regulado pelo Decreto-lei 168/97 e solucione todas as anomalias do estabeleci-
300 mento descritas no auto de vistoria.-----
- 301 **0104.17 EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR - PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DO**
302 **REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL:** Apreciado o processo n.º 311/62/01, ini-
303 ciado a requerimento apresentado pelo senhor Joaquim Luís Elias Carvalho, datado
304 de 2006.12.27, foi deliberado por unanimidade aprovar a constituição de propriedade
305 horizontal no edifício sito na Rua Pedro Álvares Cabral, vila e freguesia de Bombarral,
306 em 4 fracções todas destinadas a habitação.-----

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 307 **0104.27 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares foram
308 aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----
- 309 **0105. REGULAMENTO DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO:** Foi presente a
310 seguinte proposta subscrita pelos senhores vereadores Gabriel Martins, Fialho Marce-
311 lino e Bruno Santos: PROPOSTA A – “Considerando que o Movimento Associativo
312 desempenha um papel de grande importância, não só na preservação e afirmação da
313 realidade sócio-cultural do concelho, como também na dinamização de um vasto con-
314 junto de acções que em muito contribuíram para o enriquecimento das populações.
315 Considerando que as associações são a expressão do dinamismo e interesse de
316 populações que entusiasticamente se dedicam e disponibilizam em prol da causa
317 pública. Considerando que o movimento associativo é, sem qualquer sombra de dúvi-
318 da, uma das mais valias do concelho do Bombarral, que devemos dinamizar, preser-
319 var, acarinhar e apoiar. Considerando que a Câmara Municipal deverá clarificar o
320 apoio a conceder às associações, sendo o mais equitativo possível, de forma a apoiar
321 justa e objectivamente todas as associações, o que não se verifica com o actual regu-
322 lamento em vigor. Assim apresenta-se esta proposta de regulamento, para discussão
323 e votação em reunião ordinária da Câmara Municipal. PREÂMBULO – O Regulamento
324 de Apoio ao Movimento Associativo, pretende valorizar e aprofundar as dinâmicas
325 associativas, as suas actividades e capacidade mobilizadora, ao mesmo tempo que
326 favorece o seu apetrechamento e capacitação para a acção. Visa, também, disciplinar
327 os apoios a conceder às associações e colectividades do município do Bombarral na
328 perspectiva de intensificar a intervenção social, cultural e desportiva das mesmas, bem
329 como o envolvimento das populações na vivência comunitária, sendo o mais equitativo
330 possível, de forma a apoiar justa e objectivamente todas as associações e permitir a
331 reactivação das que não têm tido condições objectivas para desenvolver actividade.
332 Por esta via, a autarquia concede anualmente subsídios às instituições sem fins lucra-
333 tivos que desenvolvem actividades de carácter social, educativo, cultural, desportivo e
334 juvenil na área do município. Lei habilitante – o presente regulamento é elaborado ao
335 abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e das alíneas a) e b)
336 do n.º 4 do artigo 64.º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º
337 169/99, de 18 de Setembro, com a actual redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002,
338 de 11 de Janeiro. CAPITULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS – Artigo 1.º - Objecto – 1. As
339 disposições do presente regulamento aplicam-se aos tipos e formas de apoios atribuí-
340 dos pela Câmara Municipal do Bombarral ao associativismo, que não sejam objecto de
341 protocolo específico. 2. Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por:
342 a) “tipo de apoio” – apoio às associações em função do seu objecto social e activida-
343 des desenvolvidas; b) “forma de apoio” – será de carácter financeiro, técnico ou mate-
344 rial. Artigo 2.º - Âmbito – 1. Podem candidatar-se aos apoios previstos neste regula-
345 mento as associações que reúnem cumulativamente os seguintes requisitos: a) este-
346 jam legalmente constituídas; b) tenham a sede no concelho do Bombarral, sem prejuí-
347 zo do disposto no número dois deste artigo; c) estejam inscritas no registo Municipal
348 associativo; d) as actividades desenvolvidas objecto de apoio ao abrigo deste regula-
349 mento sejam desenvolvidas no concelho do Bombarral; tenham a situação fiscal e
350 perante a Segurança Social comprovadamente regularizada; f) apresentem a candida-

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

tura até ao final de Outubro de cada ano, excepto para a realização de projectos e acções pontuais, que será até 30 dias antes; g) apresentem o plano de actividades e orçamento até final de Outubro de cada ano. 2. Poderão candidatar-se associações que, não tendo sede no concelho, desenvolvem actividades de impacto cultural, desportivo ou social para os habitantes do concelho do Bombarral e desde que reúnam as condições previstas no ponto anterior, com excepção das alíneas b) e c). 3. A aprovação dos subsídios está condicionada aos limites anuais correspondentes inscritos no orçamento e grandes opções do plano. 4. As associações não podem acumular apoios municipais para a mesma actividade. Artigo 3.º - Tipos de Apoios – 1. Os apoios previstos neste regulamento são os seguintes: a) apoio à actividade regular do associativismo cultural e recreativo; b) apoio à actividade regular do associativismo desportivo; c) apoio à aquisição de equipamentos e viaturas; d) apoio para obras de beneficiação das sedes; e) apoio à realização de projectos e acções pontuais; 2. O montante global anual para cada tipo será aprovado, sob proposta do vereador do pelouro, em reunião de Câmara Municipal, sendo inscrito em rubrica própria do orçamento da autarquia. 3. A discriminação por associação e por tipos de apoios dos montantes aprovados será aprovado, por proposta do vereador do pelouro, no primeiro trimestre de cada ano, nunca ultrapassando, em caso algum, os limites inscritos em orçamento. 4. Os apoios poderão assumir a forma de carácter financeiro material ou técnico, nunca podendo ultrapassar 505 do montante global do plano de actividades de cada associação. Artigo 4.º - Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo – 1. O gabinete de Apoio ao Movimento Associativo é coordenado por um membro do executivo municipal, dotado de meios técnicos e humanos suficientes para o exercício das seguintes competências: a) apreciar preliminarmente as candidaturas e propor os respectivos montantes a atribuir; b) efectuar o acompanhamento, coordenação e avaliação dos apoios concedidos; c) Colaborar com as associações na elaboração dos documentos de carácter técnico, nomeadamente planos e orçamentos assim como relatórios de contas, e na elaboração de candidaturas a fundos provenientes dos diversos organismos da administração; d) articular com as diversas associações a programação anual das respectivas actividades. Artigo 5.º - Registo Municipal das Associações – 1. As associações devem efectuar inscrição no registo Municipal das Associações, na Câmara Municipal do Bombarral, formalizando através dos seguintes documentos: a) ficha de inscrição a fornecer pela CMB; b) cópia de cartão de identificação de pessoa colectiva (NIPC); c) cópia dos estatutos da associação publicados no Diário da República; d) cópia do regulamento interno, caso os estatutos o preveja; e) cópia da publicação em Diário da República do estatuto de utilidade pública, caso o possua; f) declaração onde conste o número total de associados, assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral; g) cópia da acta da eleição dos corpos sociais; h) declaração onde conste a relação nominal dos membros dos órgãos sociais, com referência à forma de contacto dos mesmos. 2. A inscrição deverá ser renovada anualmente e, se for o caso, actualizada nomeadamente no que diz respeito às alíneas f), g) e h). Artigo 6.º - Publicidade dos apoios municipais – 1. As associações beneficiárias de apoios municipais obrigam-se a referenciá-los em todos os materiais gráficos de divulgação e promoção dos eventos. 2. os montantes a transferir para as diversas associações deverá ser publicitado

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

nos órgãos de comunicação locais. CAPITULO II – Apoio à Actividade regular – Secção I – Associativismo Cultural e Recreativo – Artigo 7.º - Âmbito – Os apoios à actividade regular destinam-se a contribuir para a realização das actividades regulares da Associação constantes no seu plano de actividades. Artigo 8.º - Critérios de avaliação do Plano de Actividades – 1. A avaliação do Plano de Actividades assenta nos seguintes critérios: a) importância das actividades para o desenvolvimento da comunidade concelhia e local; b) actividade regular ao longo dos dois últimos anos; c) atitude de cooperação no último ano com as autarquias e com os parceiros locais de desenvolvimento; d) formação desenvolvida; e) capacidade de auto financiamento e de diversificação das fontes de financiamento; f) número de participantes activos nas acções desenvolvidas no último ano; g) acções de apoio à criação artística e á criação de novos públicos; h) acções que contribuem para a valorização do património do concelho; i) condições logísticas para a concretização do Plano de Actividades, j) grau de execução do último Plano de Actividades apresentado. 2. A classificação de cada critério será atribuída segundo as seguintes pontuações: 1 – Insuficiente; 2 – Razoável; 3 – Bom; 4 – Excelente; 3. Serão admitidos a atribuição de subsídios todas as associações que tiverem uma classificação global superior a 25 pontos. 4 – A distribuição do montante global do subsídio será feita da seguinte forma: a) 25% repartidos equitativamente por cada associação; b) 75% repartidos proporcionalmente à classificação obtida. 5 – O montante de subsídio obtido por cada associação segundo o ponto anterior nunca poderá contrariar o estipulado no n.º 4 do artigo 3.º. 6 – A concretização do apoio será feita através de contrato-programa ou protocolo de desenvolvimento cultural. Secção II – Associativismo desportivo – Artigo 9.º - âmbito do apoio do associativismo desportivo – 1. Os apoios à actividade regular desportiva destinam-se a contribuir para a realização das actividades regulares da associação constantes no seu Plano de Actividades. 2. A actividade regular desportiva consiste: a) aquisição de material desportivo; b) organização de iniciativas recreativas e desportivas ou equiparadas; c) fomento ao desenvolvimento desportivo. Artigo 10.º - Critérios de avaliação do Plano de Actividades: a) importância das actividades para o desenvolvimento da comunidade concelhia e local; b) actividade regular ao longo dos dois últimos anos; c) fomento ao desenvolvimento desportivo; d) capacidade de auto financiamento e de diversificação das fontes de financiamento; e) número de participantes activos nas acções desenvolvidas no último ano; f) condições logísticas para a concretização do Plano de Actividades, g) grau de execução do último Plano de Actividades apresentado. 2. A classificação de cada critério será atribuída segundo as seguintes pontuações: 1 – Insuficiente; 2 – Razoável; 3 – Bom; 4 – Excelente; 3. Serão admitidos a atribuição de subsídios todas as associações que tiverem uma classificação global superior a 15 pontos. 4 – No caso de actividades desportivas de âmbito federado a classificação será majorada em 25%. 5 - A distribuição do montante global do subsídio será feita da seguinte forma: a) 25% repartidos equitativamente por cada associação; b) 75% repartidos proporcionalmente à classificação obtida. 6 – O montante de subsídio obtido por cada associação segundo o ponto anterior nunca poderá contrariar o estipulado no n.º 4 do artigo 3.º. 7 – A concretização do apoio será feita através de contrato-programa ou protocolo de desenvolvimento desportivo. CAPITULO III – Apoio ao investimento –

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

Secção I – Apoio à aquisição de equipamentos e viaturas – Artigo 11.º - Âmbito dos apoios – 1. Os apoios definidos nesta secção destinam-se à aquisição ou beneficiação de equipamentos necessários à promoção das actividades desenvolvidas pelas associações e que lhes permitam maior autonomia para o seu desenvolvimento. 2. Os apoios podem ser de natureza financeira, técnica ou material. Artigo 12.º - Forma de candidatura e comparticipação – 1. A candidatura deverá ser apresentada no prazo previsto na alínea f) do artigo 2.º. 2. A candidatura deverá ser acompanhada do orçamento e/ou outros comprovativos do valor e características dos materiais a adquirir, assim como da justificação da necessidade do investimento para o desenvolvimento da actividade, bem como o montante disponibilizado como auto-financiamento. 3. A disponibilização do apoio financeiro está condicionada à apresentação de factura e auto de recepção respectivo. 4. A comparticipação nunca poderá ser superior a 40% do valor global do investimento. 5. A comparticipação financeira poderá ser substituída pela cedência definitiva do bem ou equipamento. Artigo 13.º - Critérios de avaliação – 1. As candidaturas serão pontuadas segundo os seguintes critérios: a) necessidade do investimento para a associação; b) necessidade do investimento para a freguesia; c) necessidade do investimento para o concelho; d) grau de auto-financiamento. 2. A classificação de cada critério será atribuída segundo as seguintes pontuações: 1 – Fraca; 2 – Insuficiente; 3 – Boa; 4 – Muito boa. 3. A pontuação obtida no critério c) será majorada em 100%. 4. Serão admitidos à atribuição de subsídios todas as associações que tiveram uma classificação global superior a 10 pontos. 5. A distribuição do montante global do subsídio será feita da seguinte forma: a) 25% repartidos equitativamente por cada associação; b) 75% repartidos proporcionalmente à classificação obtida. 6. O montante de subsídio obtido por cada associação segundo o ponto anterior nunca poderá contrariar o estipulado no n.º 4 do artigo 12.º. Secção II – Apoio para obras de beneficiação das sedes – Artigo 14.º - Âmbito dos apoios – 1. Os apoios definidos nesta secção destinam-se à aquisição, construção ou beneficiação de sedes sociais necessárias à promoção das actividades desenvolvidas pelas associações e que lhes permitam maior autonomia para o seu desenvolvimento. 2. Os apoios podem ser de natureza financeira, técnica ou material. 3. Enquadram-se neste âmbito, nomeadamente: a) apoio financeiro para realização de obras de conservação, reabilitação, remodelação de instalações existentes ou construção de novas instalações; b) cedência de materiais de construção, máquinas ou meios humanos para a execução das obras referidas na alínea anterior; c) apoio financeiro na aquisição de terrenos ou outras infra-estruturas. Artigo 15.º - Forma de candidatura e comparticipação – 1. A candidatura deverá ser apresentada no prazo previsto na alínea f) do artigo 2.º. 2. A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos: a) orçamento e/ou outros comprovativos do valor da obra; b) justificação da necessidade do investimento para o desenvolvimento da actividade; c) o montante disponibilizado como auto-financiamento; d) a indicação de eventuais pedidos de financiamento solicitados ou a solicitar a outras entidades, públicas ou privadas, bem como o tipo de apoio recebido ou que se preveja receber. 3. Constituem motivo de exclusão de qualquer apoio ou de cessação do mesmo, as seguintes situações: a) ausência de licenciamento; b) alterações não autorizadas ao projecto. 4. O valor da comparticipação, com prévia aprova-

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

ção municipal do projecto será disponibilizado de acordo com a seguinte metodologia: 20% com a adjudicação da obra; 60% em tranches de acordo com os autos de medição da obra ou a acordar com a associação e os restantes 20% contra a apresentação do auto de recepção definitiva da obra ou conclusão da mesma. 5. O total dos apoios da administração central e local não poderá ser superior a 80% do valor global da obra. Artigo 16.º - Critérios de avaliação – 1. As candidaturas serão pontuadas segundo os seguintes critérios: a) necessidade do investimento para a associação; b) necessidade do investimento para a freguesia; c) necessidade do investimento para o concelho; d) grau de auto-financiamento. 2. A classificação de cada critério será atribuída segundo as seguintes pontuações: 1 – Fraca; 2 – Insuficiente; 3 – Boa; 4 – Muito boa. 3. A pontuação obtida no critério c) será majorada em 100%. 4. Serão admitidos à atribuição de subsídios todas as associações que tiveram uma classificação global superior a 10 pontos. 5. A distribuição do montante global do subsídio será feita da seguinte forma: a) 25% repartidos equitativamente por cada associação; b) 75% repartidos proporcionalmente à classificação obtida. 6. O montante de subsídio obtido por cada associação segundo o ponto anterior nunca poderá contrariar o estipulado no n.º 4 do artigo 12.º. 7. A concretização do apoio será feita através de contrato-programa ou protocolo de colaboração. CAPITULO IV – Apoio à realização de projectos e acções pontuais – Artigo 17.º - Âmbito dos apoios – 1. este programa destina-se a apoios financeiro, técnico, logístico ou material à organização ou participação em projectos e acções pontuais, não incluídas pelas associações no seu plano de actividades. 2. Enquadram-se neste âmbito, nomeadamente: a) participação em competições ou encontros a realizar no estrangeiro ou ilhas; b) promoção ou participação em acções de formação; c) organização e desenvolvimento de projectos culturais, desportivos e/ou recreativos. Artigo 18.º - Critérios de avaliação – 1. As candidaturas serão pontuadas segundo os seguintes critérios: a) importância das actividades para o desenvolvimento da comunidade concelhia e local; b) atitude de cooperação no último ano com as autarquias e com os parceiros locais de desenvolvimento; c) formação desenvolvida; d) número de participantes envolvidos; e) acções que contribuem para a valorização do património cultural e desportivo do concelho; f) fomento desportivo e cultural. 2. A classificação de cada critério será atribuída segundo as seguintes pontuações: 1 – Fraca; 2 – Insuficiente; 3 – Boa; 4 – Muito boa. 3. Serão admitidos a atribuição de subsídios todas as associações que tiverem uma classificação global superior a 10 pontos. 4 – A distribuição do montante global do subsídio será feita da seguinte forma: a) 25% repartidos equitativamente por cada associação; b) 75% repartidos proporcionalmente à classificação obtida. 5 – O montante de subsídio obtido por cada associação segundo o ponto anterior nunca poderá contrariar o estipulado no n.º 4 do artigo 12.º. CAPITULO V – Disposições finais e transitórias – Artigo 19.º - Penalizações – A existência de quaisquer irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua não realização ou utilização para fins diferentes dos estabelecidos ou acordados, implicará a imediata suspensão do processamento das mesas e a devolução dos montantes já recebidos, não podendo a associação beneficiar de qualquer espécie de apoio no ano seguinte, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal. Artigo 20.º - Solicitação de documentação – A Câmara Municipal pode,

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

a todo o tempo, solicitar a apresentação de documentação complementar que considere necessária para a verificação do apoio concedido. Artigo 21.º - Regime transitório – As formas de apoio e respectivas regras de concessão constantes do presente regulamento serão aplicáveis com as necessárias adaptações, a todos os pedidos de apoio que tenham sido requeridos à Câmara Municipal e não tenham sido objecto de decisão, á data da entrada em vigor deste regulamento. Artigo 22.º - Relatório – Até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte, as associações deverão entregar à Câmara Municipal um relatório das actividades realizadas, excepto para o programa de apoio á realização de projectos e acções pontuais que será até 30 dias úteis após a sua realização. A autarquia fornecerá modelo tipo desse relatório. Artigo 23.º - Casos omissos – Todas as dúvidas e casos omissos no presente regulamento serão matéria de deliberação da Câmara Municipal. Artigo 24.º - Entrada em vigor – 1. O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação. 2. O presente regulamento revoga, com efeitos reportados à data referida no número anterior, o regulamento aprovado na sessão da Assembleia Municipal do dia 07 de Abril de 2000.” -----
-----Foi presente a seguinte proposta subscrita pelos senhores vereadores José João Ferreira e Teresa Faustino: PROPOSTA B - “As associações são a expressão do dinamismo e interesse das populações que entusiasticamente se dedicam e disponibilizam em prol da causa pública. As associações desportivas, culturais, recreativas e sociais promovem a participação, são expressão da liberdade associativa e correspondem à concretização dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados neste domínio da sociedade portuguesa. Têm as associações diversas formas de manifestar a sua actividade, salvaguardando tradições e promovendo a contemporaneidade. Nesta conformidade vem o município de Bombarral definir as regras para implementação do programa de apoio ao associativismo desportivo, cultural, recreativo e social. É objectivo deste Regulamento promover um planeamento equilibrado e coerente que leve ao fortalecimento do associativismo desportivo, cultural, recreativo e social, permitindo, assim, um aumento quantitativo e qualitativo da oferta das práticas no concelho de Bombarral. Nestes termos e ao abrigo do n.º 1, alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 78.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea e) do n.º 1 do artigo 13.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece as competências inerentes ao funcionamento das autarquias locais, é presente proposta de Regulamento que se rege pelas normas seguintes: CAPITULO I DISPOSIÇÕES GERAIS ARTIGO 1.º - DEFINIÇÃO - O Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo definirá os programas, as condições e os critérios de financiamento de apoio a prestar a todas as Associações e às iniciativas de interesse público municipal, nomeadamente, as de natureza social, cultural, desportiva e recreativa desenvolvidas no concelho do Bombarral. ARTIGO 2.º - PROGRAMAS DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO - Os Programas de Apoio ao Movimento Associativo serão implementados pelo Gabinete de Educação, Desporto e Cultura, (GDEC), através de funcionário nomeado para tal, que terá as seguintes tarefas: a) Apreciar e elaborar uma primeira

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

proposta de decisão das candidaturas a apoios; b) Efectuar o acompanhamento, coordenação e avaliação dos apoios concedidos. c) Colaborar com as Associações com todos os meios que estiverem ao seu alcance, na elaboração dos documentos de carácter técnico, nomeadamente planos e orçamentos assim como relatórios de contas, e na elaboração de candidaturas a fundos provenientes dos diversos organismos da administração pública. d) Articular com as diversas Associações a programação anual das respectivas actividades. ARTIGO 3.º - REGISTO MUNICIPAL DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO 1 - As Associações devem apresentar o seu pedido de inscrição no Registo Municipal das Associações, na Câmara Municipal do Bombarral, formalizado através dos seguintes documentos: a) Ficha de inscrição de modelo tipo; b) Cópia de cartão de identificação de pessoa colectiva (NIPC); c) Cópia dos estatutos da associação publicados no Diário da República; d) Cópia do regulamento interno quando os estatutos o prevejam; e) Cópia da publicação em Diário da República do estatuto de utilidade pública, caso o possua; f) Declaração onde conste o número total de associados, assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral; g) Cópia da acta da eleição dos corpos sociais; h) Declaração onde conste a relação nominal dos membros dos órgãos sociais, com referência à forma de contacto dos mesmos; 2 – Esta inscrição deve ser confirmada ou actualizada todos os anos nomeadamente no que diz respeito às alíneas f), g) e h). CAPITULO II - MODALIDADES DE APOIO - ARTIGO 4.º – PROGRAMAS DE APOIO - Os apoios definidos neste capítulo podem revestir as seguintes modalidades: a) Programa de apoio ao desenvolvimento associativo; b) Programa de apoio a infra-estruturas; c) Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa; d) Programa de apoio a actividades de carácter pontual. ARTIGO 5.º - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO - 1 – O programa de apoio ao desenvolvimento associativo tem como finalidade a atribuição de apoios às actividades desenvolvidas com carácter permanente e continuado a realizar durante o ano para o qual é atribuído. 2 – Enquadram-se neste programa, designadamente, os seguintes: a) Apoio financeiro à manutenção e desenvolvimento das actividades sociais, culturais, desportivas, recreativas ou outras de relevante interesse público municipal; b) Apoio na divulgação e publicidade das actividades a desenvolver; c) Apoio à formação de dirigentes associativos e técnicos; d) Cedência de transporte, instalações ou equipamentos, nos termos dos respectivos regulamentos. ARTIGO 6.º – PROGRAMA DE APOIO A INFRA-ESTRUTURAS - 1 – Estes apoios destinam-se à construção, conservação, reabilitação ou remodelação de instalações. 2 – Enquadram-se neste âmbito, nomeadamente: a) Apoio financeiro no custo de obras de conservação, reabilitação, remodelação de instalações existentes ou construção de novas instalações; b) Cedência de materiais de construção, máquinas ou meios humanos para a execução das obras referidas na alínea anterior; c) Apoio financeiro na aquisição de terrenos e outras infra-estruturas, nomeadamente de edifícios para sedes sociais. 3 – Enquadra-se ainda neste programa o apoio financeiro na aquisição de terrenos e outras infra-estruturas, nomeadamente de edifícios para sedes sociais. 4 – Constituem motivo de exclusão de qualquer apoio ou de cessação do mesmo, as seguintes situações: a) Ausência de licenciamento. b) Alterações não autorizadas ao projecto. ARTIGO 7.º – PROGRAMA DE APOIO A EQUIPAMENTOS E MODERNIZAÇÃO ASSO-

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

CIATIVA - 1 – Este programa destina-se a apoiar a aquisição de material e equipamento indispensável ao seu funcionamento, bem como à sua modernização. 2 – Cabem no âmbito deste programa, nomeadamente: a) O apoio na aquisição de equipamentos informático, audiovisual ou multimédia; b) O apoio na aquisição de viaturas; c) Aquisição de outros bens móveis. ARTIGO 8.º – PROGRAMA DE APOIO A ACTIVIDADES DE CARÁCTER PONTUAL 1 – Este programa destina-se a apoios financeiro, técnico ou logístico à organização de actividades pontuais, não incluídas pelas associações no seu programa de apoio de desenvolvimento associativo e à realização de actividades de interesse público municipal por entidades não legalmente constituídas ou que por outra razão não se enquadrem no registo municipal das associações. 2 – O apoio técnico ou logístico está sempre dependente da disponibilidade e dos regulamentos próprios. 3 – Estas actividades de carácter pontual devem ser fundamentadas com a especificação de objectivos a alcançar e acções a desenvolver, os meios humanos, materiais e financeiros necessários, respectiva calendarização e orçamento. 4 – O apoio às entidades não enquadradas no registo municipal das associações pode ser concedido independentemente da sua área de residência mas só se a iniciativa assumir relevante interesse municipal. CAPÍTULO III PROCESSO DE CANDIDATURA - ARTIGO 9.º – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS - 1 - Podem candidatar-se aos apoios previstos neste Regulamento as Associações que reúnam, cumulativamente os seguintes requisitos: a) Possuam estrutura organizada, estatutariamente prevista e legalmente constituída; b) Possuam sede no concelho do Bombarral ou que, não possuindo, aí promovam actividades de manifesto interesse para o concelho. C) Estejam inscritas no Registo Municipal das Associações; d) Apresentem anualmente o seu plano de actividades e orçamento para o ano a que corresponde o pedido; e) Apresentem relatório de actividades e relatório de contas do ano anterior; f) Tenham a sua situação regularizada perante a Segurança Social e as Finanças. 2 – As candidaturas das Associações devem ser entregues no GEDC da Câmara Municipal do Bombarral, em formulário próprio, a disponibilizar pela autarquia, até ao final de Outubro de cada ano, para os vários programas e com a antecedência de 30 dias seguidos para os apoios a actividade de carácter pontual. O não cumprimento destes prazos terá de ser devidamente fundamentado com motivos de força maior. 3 – As candidaturas são acompanhadas dos seguintes elementos: a) Descrição das acções a desenvolver ao abrigo do (s) apoio (s) solicitados, com a respectiva justificação social, cultural ou desportiva; b) Calendarização das acções a desenvolver; c) Previsão de custos, receitas e necessidades de financiamento; d) Indicação de eventuais pedidos de financiamento solicitados ou a solicitar a outras entidades, públicas ou privadas, bem como o tipo de apoio recebido ou que se preveja receber. e) As candidaturas ao programa de apoio a infra-estruturas devem ser acompanhadas de planta de localização e dos elementos necessários à apreciação do pedido; f) As candidaturas ao programa de equipamentos e modernização associativa devem ser acompanhadas de orçamentos de fornecedores, de número não inferior a dois. 4 – Quando o apoio requerido for de fornecimento de materiais para execução de obras, juntar-se-á a listagem de materiais necessários e respectivas quantidades. 5 – A Câmara Municipal pode, sempre que o entender, solicitar às requerentes os elementos e ou esclarecimentos que considere pertinentes

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

para a apreciação do pedido. 6 – A candidatura aos apoios previstos no presente Regulamento, não vincula o Município, estando condicionados ao seu orçamento, à sua disponibilidade financeira e à sua avaliação do interesse das actividades ou projectos para a comunidade local. ARTIGO 10.º – CRITÉRIOS GERAIS DE PONDERAÇÃO - A definição dos apoios a conceder no âmbito do presente Regulamento, tem em conta, nomeadamente, os seguintes critérios gerais de ponderação: a) Número de associados; b) Frequência e número de acções desenvolvidas; c) Capacidade de estabelecer parceria e de cooperar com a autarquia local e outras associações e agentes da comunidade; d) Análise do último relatório de contas e relatório de actividades aprovados em Assembleia Geral, assim como do Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte; ARTIGO 11.º – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE PONDERAÇÃO - 1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a definição dos apoios a atribuir às associações de natureza cultural e desportiva, observam critérios específicos de ponderação, nomeadamente: a) As acções de apoio à formação de novos públicos. b) Desenvolvimento desportivo e hábitos de vida saudáveis. c) Fomento de novas modalidades desportivas e novas formas de expressão artística. d) Acções que promovam o bem-estar e a solidariedade social. e) Ocupação saudável, activa, desportiva e cultural de tempos livres de idosos, crianças e jovens. 2 – Para as associações de natureza cultural, são também de considerar nomeadamente: a) As acções que contribuam para a protecção, valorização e divulgação do património cultural e natural do concelho do Bombarral; b) As acções de incentivo à formação e criação artística; c) As acções de apoio à formação de novos públicos. 3 – O apoio a conceder a associações desportivas considera, designadamente: a) O número de praticantes (federados e não federados); b) O número de modalidades activas; c) O número de escalões de formação em cada modalidade; d) O nível competitivo (local, distrital, nacional, internacional); e) O nível dos técnicos formadores; f) O fomento de novas modalidades desportivas. ARTIGO 12.º - ANÁLISE DAS CANDIDATURAS - 1 – O funcionário do GEDC aprecia e elabora uma primeira proposta de decisão no prazo de 10 dias úteis para as candidaturas ao programa de apoio a actividades de carácter pontual, e de 30 dias úteis para as restantes. Os prazos serão contados após a aprovação do orçamento municipal. 2 – Com base na proposta de decisão referida no número anterior, os vereadores dos pelouros respectivos elaboram propostas de apoio a submeter à Câmara Municipal. 3 – O apoio é atribuído nos termos aprovados em reunião de câmara, podendo a Câmara Municipal optar pela celebração de um protocolo de cooperação anual ou pontual. ARTIGO 13.º – PUBLICIDADE DOS APOIOS MUNICIPAIS - A concessão de apoios municipais obriga as associações beneficiárias a referencia-los em todos os materiais gráficos ou outras formas de divulgação e promoção dos projectos e eventos a realizar. CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS - ARTIGO 14.º – PENALIZAÇÕES - A existência de quaisquer irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua utilização para fins diferentes dos estabelecidos ou acordados, implicará a imediata suspensão do processamento das mesmas, não podendo a associação beneficiar de qualquer espécie de apoio no ano seguinte, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal. ARTIGO 15.º – SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO - A Câmara Municipal pode, a todo o tempo, solicitar a

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

apresentação de outra documentação que considere necessária para a fiscalização do apoio concedido. ARTIGO 16.º – REGIME TRANSITÓRIO - As formas de apoio e respectivas regras de concessão constantes do presente Regulamento são aplicáveis, com as necessárias adaptações, a todos os pedidos de apoio que tenham sido requeridos à Câmara Municipal e não tenham sido objecto de decisão, à data da entrada em vigor deste Regulamento. ARTIGO 17.º – RELATÓRIO - Até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte, as associações deverão entregar à Câmara Municipal um relatório das actividades realizadas, excepto para o programa de apoio à realização de actividades pontuais que será até 30 dias úteis após a sua realização. A autarquia fornecerá modelo tipo desse relatório. ARTIGO 18.º – CASOS OMISSOS - Todas as dúvidas e casos omissos no presente Regulamento serão matéria de deliberação da Câmara Municipal. ARTIGO 19.º – ENTRADA EM VIGOR - 1 - O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação. 2 – O presente Regulamento substitui, após a sua aprovação, o anterior em vigor.”-----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Bruno Santos disse que esta proposta visa disciplinar o apoio às colectividades, criando critérios o mais objectivos possível, criando um gabinete de apoio ao Movimento Associativo que terá um papel muito importante no apoio a dar às colectividades, em termos logísticos, burocráticos e de coordenação das actividades. Propõe-se a criação de um registo municipal de associações e define-se diferentes tipos de apoio estabelecendo-se critérios de avaliação que darão lugar a uma classificação. O somatório dos pontos de cada critério corresponderá à classificação final. O critério base para a atribuição dos subsídios é de 25% repartidos equitativamente por cada associação e 75% repartidos proporcionalmente à classificação obtida. Existe a possibilidade de para a concretização dos apoios serem celebrados protocolos e o apoio pode ser também a nível técnico ou material. -----

-----INTERVENÇÃO: A senhora vereadora Teresa Faustino disse que “O PS começou por apresentar uma proposta de regulamento desorganizado e incoerente. Para evitar a sua reprovação imediata, propusemos a sua discussão em comissão. O PS aceitou (de má vontade) a comissão, ameaçando logo à partida que reivindicaria sempre a autoria da proposta e não aceitaria o desvirtuamento dos seus princípios básicos. Fizeram-se duas reuniões dessa comissão onde se discutiu uma nova proposta, elaborada pela CDU, baseada na inicial do PS, reorganizando-a numa forma lógica mas aproveitando ao máximo o texto e os princípios apresentados inicialmente. Não reivindicamos autoria nem apresentação, assumimos estar apenas a enriquecer a proposta do PS. Esta nova proposta agora para discussão é mesmo uma proposta nova. Ignora a discussão havida em comissão. Isto é, apenas perdemos tempo. Sou forçada a considerar que partimos de novo do zero, isto é, que o PS não quer mesmo um regulamento resultante do contributo colectivo da Câmara. O PS considera possuir a fórmula mágica da equidade e da justiça na atribuição de subsídios, mas se tem, não é com esse regulamento que o demonstra. Obriga-me a apresentar proposta alternativa. Esta proposta não é perfeita. Gostaríamos que o fosse, se tal fosse possível. Mas é organizada e clara. A justiça e a equidade que desejamos que produza dependerão da honestidade e do bom senso com que for usada. Deixamos aos munícipes eleitores o julgamento final.” -----

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador José João Ferreira disse que: “Após várias reuniões tripartidas com um vereador representante de cada força política na Câmara Municipal não se chegou a um entendimento na elaboração de uma proposta de regulamento de apoio ao movimento associativo. Nessas reuniões onde participei tentei que pudesse existir um entendimento na elaboração dessa proposta conjunta. Esse entendimento não foi possível. Num primeiro documento apresentado pelo PS alertei para várias situações com as quais não concordava, como por exemplo com a fórmula de distribuição por créditos. Poderia acontecer que se estava a beneficiar determinada colectividade por ser muito activa e na prática ser de pouca qualidade e prejudicar outra colectividade que embora não seja tão activa mas em que naquilo que faz demonstre qualidade. Quando se pensava que com as sugestões apresentadas se tinha chegado ao desejado entendimento, surge por parte do PS outra proposta diferente, mas no meu entender ainda menos prática. Se o anterior era confuso, este hoje apresentado não melhorou em nada, apresentando critérios que no meu entender não são de forma alguma práticos, antes pelo contrário. Tendo existido por parte do PSD toda a abertura para que dentro daquilo que considero ser uma mais valia para a elaboração de uma proposta de regulamento de apoio ao movimento associativo do nosso concelho e que considero ser um contributo prático e objectivo da parte do PSD e CDU, chegámos a um entendimento de uma proposta conjunta de regulamento que no meu entender irá contribuir de futuro para uma melhoria significativa do movimento associativo, para que possa existir um planeamento equilibrado e coerente que leve ao fortalecimento do associativismo desportivo, cultural, recreativo e social, permitindo assim, um aumento qualitativo e quantitativo da oferta das práticas no concelho do Bombarral.”-----

-----O senhor vereador Bruno Santos disse que todos concluíram que ambos os regulamentos são, modéstia à parte, da sua autoria, sendo que a CDU tinha dado alguns contributos para a elaboração do regulamento. Inclusivamente o senhor vereador Mário Morgado trouxe para a reunião uma proposta de regulamento e trocou emails com a senhora vereadora Teresa Faustino sobre esta matéria, mas faltou sempre um clique que era a objectividade, pelo que enviou uma proposta adicional que já não tinha a questão dos créditos, apontando para percentagens máximas e valores fixos. Houve uma nova reunião e também não havia possibilidade de entendimento quando aos valores máximos. A falta de objectividade desvirtuava a sua proposta de regulamento. Fizeram uma nova tentativa de consenso apresentando esta proposta. Como não acredita no Pai Natal, não estranhou que na ordem do dia da última reunião de Câmara surgisse uma proposta subscrita pelos senhores vereadores José João Ferreira e Teresa Faustino. Estranha é que o mesmo seja uma cópia da sua proposta com alguns contributos da CDU. Não autoriza que só os dois vereadores subscrevam esta proposta porque entende ser uma usurpação.-----

-----A senhora vereadora Teresa Faustino considerou que ainda bem que o senhor vereador Bruno Santos percebeu que esta é a sua proposta. A CDU aceita as propostas venham de quem vierem desde que sejam boas. A CDU limitou-se a não deitar para o lixo o trabalho feito como o senhor vereador Bruno Santos fez. Se o senhor vereador Bruno Santos considera esta proposta uma usurpação, pode retirá-la e

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

reformulá-la à sua maneira, mas o senhor vereador Bruno Santos está a manifestar falta de vontade em aceitar o que qualquer outro faça e arrogância na defesa do seu texto. A única coisa que quer é que o regulamento seja um bom regulamento. -----

-----O senhor vereador Bruno Santos disse não poder estar mais em desacordo. Se faltassem provas da sua receptividade, todas as propostas que a CDU apresentou foram apreciadas e entraram em entendimento em mais de 90% do texto mas faltava a objectividade. -----

-----O senhor vereador José João Ferreira considerou que aquilo que o senhor vereador Bruno Santos disse vem de encontro ao que já sabe e que é o facto de termos um bom regulamento apresentado por si e pela senhora vereadora Teresa Faustino. Está curioso para ver qual o resultado da votação. Se calhar o senhor vereador Bruno Santos não queria que as coisas acontecessem como estão a acontecer.-----

-----O senhor vereador Gabriel Martins considerou que andamos a brincar com isto. O PS tem há muito uma convicção forte de que é necessário acabar com capelas para evitar situações como as pessoas virem questionar as atribuições de subsídios porque lhes falta objectividade. O regulamento deve permitir de forma clara que uma colectividade possa calcular qual vai ser o subsídio de outra colectividade. O PS teve alguma relutância em abdicar de alguns princípios da proposta inicial, mas aceitaram discutir o regulamento. A comissão fez os seus trabalhos com base nos textos que o vereador Bruno Santos levava para as reuniões, corrigidos pelos vereadores da CDU. Mas a CDU não aceitava a objectividade de que o PS não abdicava. Como nenhuma parte abdicava, o PS apresentou outra proposta. Não existiu consenso na comissão e todo o trabalho foi em vão e logo não pode ser utilizado a menos que os autores do trabalho o aceitem. O que o senhor vereador Bruno Santos disse é que não aceita porque foi alterada a filosofia da sua proposta. O que os senhores vereadores Teresa Faustino e José João Ferreira fizeram foi oportunismo político, condenável do ponto de vista ético e moral. Em política há limites para tudo e aqui foram excedidos esses limites. Parece que por vezes há necessidade de fazer oposição à oposição. Há sempre o receio de que o PS apresente trabalho, pelo que há necessidade de combater esse trabalho. O que fizeram foi copiar o trabalho, mas copiaram mal. Na própria fundamentação refere-se legislação que não está correcta, mas esses erros de fundamentação legal são os de menor monta. A autoria do regulamento não tem de ser registada, porque não há direito de autor nos regulamentos desde que publicados ou apresentados em reunião de carácter público, mas quanto ao âmbito de desenvolvimento em âmbito reservado têm protecção. Mesmo a reprodução de propostas só pode ser feita com a autorização do autor. O senhor vereador Bruno Santos tem toda a legitimidade para dizer que não autoriza a utilização deste texto porque está truncado na sua parte inicial. O que tem de se assumir é que aquele trabalho não produziu efeito e só existe o regulamento que o PS apresentou. Usarem um regulamento cujos direitos autorais pertencem ao senhor vereador Bruno Santos, além de ser oportunismo político, é ética e moralmente condenável. -----

-----O senhor Presidente da Câmara considerou que se alguém faltou ao espírito do consenso, foi o senhor vereador do PS que não teve capacidade de consensualizar. Todas as intervenções que ouviu do PS encerram contradições. Já que o PS não

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

tem capacidade de aceitar consensos apresentassem o texto inicial, quando aquilo com que são confrontados é uma proposta diferente. Ontem apareceu uma figura na televisão que dizia que concordava com a democracia desde que só aprovassem aquilo que ele queria e é essa a posição do PS. Dois membros da comissão mantiveram o consenso e um retirou-se desse consenso. Não devemos estar preocupados com o que vai aparecer na comunicação social, mas sim em que haja um regulamento o melhor possível. Há um documento completamente diferente do que o PS apresentou à posteriori e é isso que hoje está em discussão. -----

-----O senhor vereador Bruno Santos disse que a intervenção do senhor Presidente da Câmara leva a crer que em determinado dia arrumou a sua trouxa e foi-se embora e isso é redondamente falso. A última reunião só se realizou por grande insistência sua e se não houve um entendimento global não foi pela retirada do vereador do PS. Para haver um entendimento global, os seus objectivos não devem deixar de estar presentes. -----

-----A senhora vereadora Teresa Faustino disse que se ao PS falta o clique, a ela sobra-lhe o clique. Se em três, dois estão de acordo, só há a possibilidade de cedência do que está isolado. Aconselhou o senhor vereador Gabriel Martins a não vir com discursos inexecutáveis porque não a assusta. O senhor vereador Bruno Santos que demonstre qual a quantidade de texto que é dele. -----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse não haver contradições na atitude do PS. O PS não podia voltar a apresentar a primeira proposta porque ela já tinha desaparecido no âmbito do que se tinha passado. O PS só podia voltar à primeira proposta se a CDU aceitasse, mas a CDU não aceitava a objectividade. Quando há falta de consenso é porque há pelo menos duas facções antagónicas. Não havia 2-1 mas sim 1-1 porque os contributos do PSD não existiram. O que há é uma diferença de filosofias. -----

-----O senhor vereador Fialho Marcelino disse que ultimamente o PS tem sido bombardeado pelo senhor Presidente da Câmara com tentativas de dar lições de democracia. O PS sabe praticar a democracia. Pessoas que, como o senhor Presidente da Câmara, tentam passar por arautos da democracia, regra geral dão em pequenos ditadores. -----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que sempre foi dito que nas questões fundamentais devia haver consenso e para isso tem de haver sempre uma grande humildade democrática que aqui não funcionou. -----

-----Colocadas as duas propostas à votação, votaram a favor da proposta A os senhores vereadores Gabriel Martins, Bruno Santos e Fialho Marcelino e a favor da proposta B o senhor Presidente da Câmara, o senhor vice-Presidente da Câmara e os senhores vereadores José João Ferreira e Teresa Faustino, pelo que ficou deliberado colocar em discussão pública pelo período de 30 dias a contar da data de publicação em Diário da República da proposta B supra transcrita. -----

0106. 1.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007:
Presente a informação n.º 6/07 da Divisão Financeira com a proposta de 1.ª alteração às grandes opções do plano e orçamento para 2007, foi a mesma colocada à discussão. -----

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

879 -----INTERVENÇÃO: O senhor Presidente da Câmara disse que efectivamente se
880 constatarem algumas lacunas no orçamento em termos de pessoal, porque havia
881 situações que estavam a correr e que não estavam consideradas na proposta final
882 pelo que se elaborou esta alteração orçamental para corrigir esses erros. Na parte de
883 capital e após a visita ao estádio municipal, todos constatarem haver situações graves
884 que é necessário corrigir. -----
885 -----INTERVENÇÃO: A senhora vereadora Teresa Faustino questionou para que é
886 o reforço da verba para a requalificação urbana. -----
887 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que € 1912 são para a obra da
888 Praça do Município e € 1800 para a obra do Largo de São Mamede, porque o valor
889 que tinham era uma estimativa, faltando estes montantes para o valor da adjudicação.
890 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Bruno Santos solicitou esclarecimentos
891 sobre a anulação de verbas nas transferências para a A.M.O., educação, colectiva-
892 des, requalificação das entradas da vila, protocolo com a Santa Casa da Misericórdia,
893 habitação e serviços colectivos e serviços culturais e religiosos. -----
894 -----O senhor Presidente da Câmara disse que no tocante ao pessoal, houve algu-
895 mas situações que não foram consideradas em termos de orçamento na Divisão
896 Financeira, por exemplo, na educação avançaram com a contratação de perto de 37
897 pessoas que na sua maioria estavam em regime de avença e que terminavam contrato
898 em Julho, tendo avançado com concursos para as respectivas contratações. Outra
899 questão é o G.T.L.. Em determinado momento quando estavam a elaborar o orçamen-
900 to tinha a convicção que podiam fazer o G.T.L. com base em estágios profissionais,
901 mas posteriormente por informação do senhor Chefe da D.O.P.P.U. verificou que só
902 podiam constituir o G.T.L. com elementos com 3 anos de experiência profissional.
903 Quanto às entradas na vila, disse que o projecto está em fase de conclusão, sendo
904 que o valor inserido este ano em orçamento não corresponde ao valor do projecto.
905 Ainda não é claro se vão ser aceites candidaturas avulsas no âmbito do novo Quadro
906 Comunitário de Apoio. -----
907 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira, a propósito da verba para a alimenta-
908 ção nas escolas, disse que no final ano pagaram facturas à ITAU pelo que houve
909 excesso de previsão de verba no orçamento para este ano. Nas transferências para a
910 A.M.O., quando elaboraram o orçamento a A.M.O. ainda não tinha enviado os valores
911 para este ano. Quanto á transferência para a Santa casa da Misericórdia, disse que
912 todos os anos havia um montante de € 6.600 que tinha a ver com o P.A.I.I. do Bom-
913 barral, em que a Câmara Municipal era parceira, mas de que não havia protocolo. As
914 transferências de subsídios para as colectividades têm a ver com o facto de terem co-
915 locado um averba idêntica a 2006 mais a dívida, mas terem conseguido pagar alguns
916 subsídios antes do final do ano. -----
917 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins questionou se as faltas
918 em termos de pessoal não podiam ter sido previstas. -----
919 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira respondeu que podia e devia. A Divi-
920 são Financeira pede os valores da despesa com pessoal à Divisão Administrativa e
921 Recursos Humanos, tendo havido um lapso da parte desta Divisão que não deu os
922 valores correctos. Algumas situações poderão ser justificadas porque nos termos do

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

923 POCAL só podem ser contempladas situações que estão em concurso, mas há várias
924 situações que deveriam ter sido contempladas. -----
925 -----O senhor Presidente da Câmara disse querer juntar os senhores Chefes da
926 Divisão Financeira e da Divisão Administrativa e Recursos Humanos para esclarece-
927 rem esta situação. -----
928 -----Pelo senhor vereador Gabriel Martins foi solicitada a presença do senhor Chefe
929 da Divisão Administrativa e Recursos Humanos. -----
930 -----O senhor Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos disse que “Em
931 meados de Outubro de 2006, a Divisão Financeira solicitou ao Gabinete de Gestão de
932 Recursos Humanos que elaborasse um mapa com o levantamento de todas as despe-
933 sas com pessoal previstas para o ano de 2007. Com base no pessoal do quadro, pes-
934 soal contratado e considerando as remunerações base, as progressões e promoções
935 que iriam acontecer no ano de 2007 e os valores com subsídios de férias, Natal e de
936 refeição, elaborou-se um mapa previsional dos valores a despende. Nesse mapa
937 incluíram-se ainda os valores relativos à contratação de novos funcionários, cujos con-
938 cursos estavam a decorrer. O referido mapa foi entregue em 21.10.2006 à Divisão
939 Financeira. No entanto verifica-se que por lapso não foi incluído o contrato a termo
940 resolutivo Sr. Paulo Murtinho, que apesar de ter início em 2006 se prolonga pelo ano
941 de 2007. No entanto há a informar que quatro funcionários solicitaram licença sem
942 vencimento, tendo os mesmos sido deferidos. Verifica-se que as verbas inseridas no
943 mapa previsional atrás referido para estes funcionários servem de contrapartida aque-
944 la despesa que por esquecimento não foi incluída no nosso levantamento. Este é a
945 único lapso que cometemos, e que não altera os valores globais previstos no orça-
946 mento inicial, pois como se poderá verificar todos os outros factos aconteceram após
947 ter sido entregue o mapa à Divisão Financeira. Os factos ocorridos posteriormente
948 foram: Em 19.12.2006 foi elaborado um despacho para que a funcionária Teresa San-
949 tos passasse da Escola do Carvalhal para o Posto de Turismo; Em 19.11.2006 foi ela-
950 borado um despacho para que o funcionário Márcio José da Silva passasse da recolha
951 do lixo para o sector de leituras e cobranças; Em Dezembro de 2006 fomos informa-
952 dos que iriam iniciar funções 3 POCs; Que a avençada Mónica Machado iria ver reno-
953 vado o contrato de prestação de serviços, que se previa terminar em 31.12.2006, para
954 prestação de serviços na Piscina; Que a avençada Frederica Faria iria celebrar novo
955 contrato em Janeiro de 2007; Que com base na informação nº 1/GE/2007 iria ser feita
956 uma avença a Isabel Soares; Que em 10.11.2006 iria ser feito um despacho em que o
957 funcionário João Carlos Ribeiro iria ser transferido do sector de leituras e cobranças
958 para o da recolha do lixo; Que em 12.01.2007 iria ser feito um despacho para a contra-
959 tação de uma técnica de Serviço Social; Que em fins de Janeiro de 2007 iria ser feito
960 um despacho para a contratação de seis auxiliares de serviços gerais; Que por despa-
961 cho de fins de Janeiro de 2007 iria ser contratada uma auxiliar administrativa para ir
962 prestar serviço para a piscina; Que por despacho de fins de Janeiro de 2007 iria ser
963 constituído um Gabinete Técnico Local para a contratação de quatro técnicos superio-
964 res; Nestes termos verifica-se que os dados enviados para a Divisão Financeira esta-
965 vam correctos, os factos ocorridos posteriormente, os quais só foram comunicados à
966 Divisão Administrativa e do Gabinete de Gestão de Recursos Humanos como factos

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

967 consumados, não poderiam, como será compreensível fazer parte do levantamento
968 das despesas com pessoal para o ano de 2007. Lamento o que tenham sido efectua-
969 das diversas reuniões preparatórias do Orçamento, mas o Chefe da Divisão Adminis-
970 trativa nunca foi convocado para nenhuma. De acordo com o que atrás expliquei, pen-
971 so que ficou claro, e por não ter dotes de “adivinho”, que era impossível em meados
972 de Outubro de 2006, o Gabinete de Gestão de Recursos Humanos e o Chefe de Divi-
973 são, preverem os despachos acima indicados e datados de Dezembro de 2006 e de
974 Janeiro de 2007. Sendo a proposta de alteração um documento subscrito por si, Sr.
975 Presidente, e dado que na explicação da necessidade de reforço de verbas relativas a
976 pessoal fazer referencia que tal facto se deve a “reforço de verbas não previstas pela
977 da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos...”, penso que seria justo que no
978 reforço das rubricas Aquisição de Bens e Serviços, também deveria constar que
979 “reforço de verbas não previstas com exactidão pela Divisão Financeira...”, e ainda
980 também deveria na justificação para o reforço de verbas na rubrica de Construções
981 Diversas referir “reforço de verbas não previstas pela Divisão Técnica” ... -----
982 -----**INTERVENÇÃO:** O senhor vice-Presidente da Câmara João Carlos Duarte
983 questionou porque é que a Divisão Administrativa e Recursos Humanos ao saberem
984 das várias situações que foram resolvidas posteriormente não alterou a informação
985 dada. -----
986 -----O senhor Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos disse que o
987 que mais altera os valores orçamentados são decisões do senhor Presidente da
988 Câmara comunicadas à sua Divisão da segunda quinzena de Janeiro para a frente. ---
989 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que algumas das situações refe-
990 ridas são verdade mas outras não são. -----
991 -----O senhor Presidente da Câmara disse querer juntar os senhores Chefes da
992 Divisão Financeira e da Divisão Administrativa e Recursos Humanos para esclarece-
993 rem esta situação. -----
994 -----O senhor vereador Gabriel Martins questionou porque motivo o senhor Chefe
995 da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, ficou hoje até mais tarde no edifício
996 dos Paços do Município. -----
997 -----O senhor Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos disse ter fica-
998 do a pedido do senhor vereador José João Ferreira, em virtude de haver cerca de 15
999 pontos em ordem do dia referentes a assuntos da sua Divisão. -----
1000 -----O senhor vereador Gabriel Martins questionou o porquê da verba para equi-
1001 pamentos, estudos e pareceres e se neste momento já existe um orçamento para a
1002 obra de contenção de terras no Estádio do Falcão. Quanto ao pessoal questionou se é
1003 possível dizer-se quantos funcionários estão em cada sector. -----
1004 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira, relação à primeira questão, disse trata-
1005 rem-se de projectos indicados pelo senhor arquitecto e que o senhor Presidente da
1006 Câmara tinha intenção de fazer. Quanto à última questão disse que nas grandes
1007 opções do plano há pessoal afecto à educação, águas e saneamento. Os funcionários
1008 transferidos de sector não aumentam a despesa porque se compensam. Exige uma
1009 alteração orçamental porque vão às grandes opções do plano. -----

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

1010 -----O senhor Presidente da Câmara disse que se prevê um custo de € 50.000 para
1011 a obra de contenção de terras no Estádio do Falcão. -----
1012 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino disse que em relação à
1013 questão dos equipamentos para a iluminação, já se está a colocar na alteração orça-
1014 mental uma coisa que ainda não veio à Câmara Municipal como trabalhos a mais na
1015 empreitada do Estádio do Falcão. -----
1016 -----O senhor Presidente da Câmara disse que pode não ser a figura dos trabalhos
1017 a mais, podendo haver ajustes directos. -----
1018 -----O senhor vereador Fialho Marcelino disse que se se considerar que o que
1019 havia estava errado, então é uma decisão técnica e o que se está a fazer é uma alte-
1020 ração ao projecto. O senhor Presidente da Câmara está a cometer uma ilegalidade no
1021 respeitante à adjudicação da obra, pelo que deve ser retirada a alteração orçamental.
1022 -----O senhor vereador Bruno Santos disse que como não acredita no Pai Natal, há
1023 coisas que aparecem nesta reunião de Câmara que o deixam com a “pulga atrás da
1024 orelha”. Nesta primeira alteração orçamental, o essencial é o pessoal e o Estádio do
1025 Falcão. Mais informação, menos informação, mais despacho, menos despacho, nor-
1026 malmente nunca se levantam grandes questões de aprovação em relação ao pessoal,
1027 mas em relação ao Estádio do Falcão parece que é uma esponja absorvente dos
1028 dinheiros municipais. Questionou porque é que nesta alteração têm de vir as duas coi-
1029 sas. -----
1030 -----O senhor Presidente da Câmara disse que se pudesse tinha-se visto livre do
1031 “enxame” do Falcão no início do mandato. Gostava de saber como é que o PS acaba-
1032 va esta obra sem resolver estas questões. -----
1033 -----A senhora Chefe da Divisão Técnica disse tratarem-se de trabalhos não con-
1034 tratuais. Não são trabalhos a mais porque é uma alteração ao projecto no decurso da
1035 obra. Nem o Tribunal de Contas aceitaria um contrato adicional. -----
1036 -----O senhor vereador Fialho Marcelino disse que a partir do momento que se faz
1037 um novo projecto para as torres de iluminação, há trabalhos a menos. -----
1038 -----A senhora Chefe da Divisão Técnica disse que o que está previsto é a coloca-
1039 ção de equipamentos nas torres. -----
1040 -----O senhor vereador Fialho Marcelino disse que assim é mais grave. Vamos
1041 pagar algo que não vai ser feito e vamos colocar equipamentos diferentes do projecta-
1042 dado. -----
1043 -----A senhora Chefe da Divisão Técnica chamou a atenção de que só se está a
1044 falar na estrutura de betão, não estando a ser considerados nestes trabalhos nenhuns
1045 equipamentos eléctricos. -----
1046 -----O senhor vereador Gabriel Martins lembrou que passou apenas um mês de
1047 execução do orçamento e já têm uma alteração orçamental. Independentemente das
1048 questões de carácter técnico e administrativo, parece-lhes que havia uma série de
1049 questões que não estariam previstas e outras que estando previstas não foram delibe-
1050 radamente incluídas no orçamento. Havia várias situações que deveriam ter sido
1051 incluídas no orçamento e que não o foram por responsabilidade do senhor Presidente
1052 da Câmara. Não o tendo sido, o pessoal está a trabalhar e tem de ser pago, mas a
1053 responsabilidade pela contratação foi do Presidente da Câmara e não da Câmara.

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1054 Para haver despesa tem de haver cabimento, mas neste caso houve decisões de con-
1055 tratação de pessoal sem haver cabimento. Quanto ao Estádio do Falcão, não estão
1056 mais dispostos a participar neste peditório. Se eventualmente estas situações tives-
1057 sem sido precedidas de um levantamento exaustivo, não estariam a falar disto porque
1058 já sabiam que tinham de gastar o dinheiro. Lembrou que já na primeira visita deste
1059 executivo ao Estádio do Falcão, se constatou a necessidade de um muro de conten-
1060 ção das terras. Numa fase inicial de levantamento dos problemas das obras, estariam
1061 dispostos a contribuir um pouco mais para aquele peditório, mas neste momento já
1062 não. Lembrou que o senhor Presidente da Câmara disse que a obra estaria concluída
1063 no final de 2006, tendo todos na altura chamado a atenção que tal não seria possível.
1064 Agora o senhor Presidente da Câmara disse a um órgão de comunicação social que a
1065 obra estará pronta no final de Março. Manifestamente o senhor Presidente da Câmara
1066 não sabe o que está a dizer. -----
1067 -----A senhora vereadora Teresa Faustino disse que independentemente das atri-
1068 buções que provocaram esta alteração, em termos de pessoal não deixaria de votar
1069 a favor, mesmo sendo para corrigir erros. Em relação ao Estádio do Falcão, não está
1070 disponível para aprovar revisões ou aumento de endividamento mesmo que o seu voto
1071 negativo em relação ao aumento de despesa com o Falcão seja meramente simbólico.
1072 Vai admitir esta situação e votar a favor porque no estado a que as coisas já chegaram
1073 não há outro remédio. Neste momento nem simbolicamente pode permitir-se fazer
1074 com que não sejam contidas as terras que ameaçam o estádio. -----
1075 -----O senhor Presidente da Câmara disse que as intervenções que têm caracteri-
1076 zado os vereadores do PS são sempre uma fuga para a frente. Neste caso é público e
1077 sabido os problemas gravíssimos daquele projecto. O projecto do Estádio do Falcão é
1078 todo ele um erro do princípio ao fim, mas não lhe podem fugir. Há um conjunto de
1079 medidas preventivas que têm de tomar. Está-lhe a custar desbaratar o pouco que
1080 temos por causa daquela obra. -----
1081 -----Colocada à votação a 1.ª alteração às grandes opções do plano e orçamento
1082 para 2007, foi a mesma aprovada com os votos a favor do senhor Presidente da
1083 Câmara, do senhor vice-Presidente da Câmara e dos senhores vereadores José João
1084 Ferreira e Teresa Faustino e com os votos contra dos senhores vereadores Gabriel
1085 Martins, Fialho Marcelino e Bruno Santos. -----
1086 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----
1087 **0107. APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA “REMODELAÇÃO E**
1088 **ARRANJOS EXTERIORES DA PRAÇA DO MUNICÍPIO”:** Presente a informação n.º
1089 04/GPED/07, com a minuta do contrato da empreitada “Remodelação e Arranjos Exte-
1090 riores da Praça do Município.”-----
1091 -----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino chamou a atenção de
1092 que ao aprovar-se esta minuta de contrato se está a correr um risco por ainda não se
1093 ter uma decisão do Tribunal de Contas. -----
1094 -----INTERVENÇÃO: O senhor Presidente da Câmara disse que a indicação que
1095 tem é que o Tribunal de Contas só se pronuncia após receber o contrato. -----
1096 -----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente da
1097 Câmara, do senhor vice-Presidente da Câmara e dos senhores vereadores José João

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1098 Ferreira e Teresa Faustino e os votos contra dos senhores vereadores Gabriel Martins,
1099 Fialho Marcelino e Bruno Santos aprovar a minuta do contrato da empreitada “Remo-
1100 delação e Arranjos Exteriores da Praça do Município.” -----
1101 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----
1102 **0108. ANTE-PROJECTO DA REMODELAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE BOMBARRAL**
1103 **– VASCO PEREIRA DA CONCEIÇÃO / MARIA BARREIRA:** “Pretendo-se dotar o edi-
1104 fício do Museu Municipal de Bombarral das características arquitectónicas indispensá-
1105 veis ao seu bom desempenho como equipamento cultural, nomeadamente com a cria-
1106 ção de meios que permitam a acessibilidade a portadores de deficiências físicas a
1107 todas as áreas do Museu, bem como melhorar as condições ambientais existentes e
1108 garantir a segurança de pessoas e bens, assim como de forma a cumprir as normas e
1109 regulamentos em vigor. Considerando que este ante-projecto contempla as alterações
1110 sugeridas pelo IPPAR, introduzidas no estudo prévio revisto e que mereceram o pare-
1111 cer favorável por parte deste Instituto. Proponho que a Câmara Municipal de Bombar-
1112 ral, delibere aprovar o ante-projecto de remodelação do Museu Municipal de Bombar-
1113 ral – Vasco Pereira da Conceição / Maria Barreira” -----
1114 -----Apreciado o ante-projecto da remodelação do Museu Municipal de Bombarral –
1115 Vasco Pereira da Conceição / Maria Barreira, com a presença do autor do projecto,
1116 arqt. Carlos Severo, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta supra transcri-
1117 ta. -----
1118 **0109. PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM A LEADER**
1119 **OESTE PARA A CEDÊNCIA POR UM PRAZO DE 25 ANOS DE IMÓVEL PARA INS-**
1120 **TALAÇÃO DO CENTRO DE ACTIVIDADES LÚDICAS E CAMPO DE FÉRIAS DO**
1121 **PICOTO:** “Considerando o papel relevante, no âmbito do desenvolvimento e promoção
1122 rural prosseguido pela Leader Oeste – Associação para o Desenvolvimento e Promo-
1123 ção Rural do Oeste, com especial incidência em actividades concretas no nosso con-
1124 celho; considerando, que este papel e esta participação activa e empenhada da Lea-
1125 der Oeste é feita com os meios técnicos, humanos e financeiros desta associação que
1126 se têm revelado capazes de desempenharem tais funções de uma forma eficaz e com
1127 vantagens para os projectos em que se integra; considerando a necessidade de esta-
1128 belecer as condições concretas e relevantes do investimento que vai ser realizado
1129 para a revitalização e utilização futura do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de
1130 Férias do Picoto – CALCFP – num contrato de comodato em que ficam, expressamen-
1131 te, consagradas as condições e meios de participação de cada uma das entidades
1132 parceiras neste projecto de criação e instalação do CALCF do Picoto; Proponho, que a
1133 Câmara Municipal de Bombarral, reunida em 5 de Fevereiro de 2007, aprecie e apro-
1134 ve, de acordo com o n.º 2 alínea m) do artigo 64.º do Decreto-lei n.º 169/99, de 18 de
1135 Setembro com a redacção que lhe foi dada pela lei n.º 5-A/2002 conjugado com o n.º 1
1136 do artigo 13.º alíneas a), e) e f), por sua vez conjugados, respectivamente, com a alí-
1137 nea a), b) e d) do artigo 16.º com a alínea b) do artigo 20.º e com o n.º 1, alínea b) do
1138 artigo 21.º todos da lei 159/99, de 14 de Setembro, o contrato de comodato a celebrar
1139 com a Leader Oeste – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oes-
1140 te, para a cedência, por um prazo de 25 anos, gratuitamente, do imóvel descrito no
1141 contrato para a instalação do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias do

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

1142 Picoto. - CONTRATO DE COMODATO ENTRE A LEADER OESTE E A CÂMARA
1143 MUNICIPAL DO BOMBARRAL PARA A GESTÃO DO CENTRO DE ACTIVIDADES
1144 LÚDICAS E CAMPO DE FÉRIAS DO PICOTO – Entre município do Bombarral, com
1145 sede no largo do Município, no edifício dos Paços do Concelho, pessoa colectiva n.º
1146 506800580, aqui representada pelo seu secretário Aristides Lourenço Sécio, adiante
1147 abreviadamente designada por Leader Oeste. Considerando: que o município do
1148 Bombarral é legítimo proprietário do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias
1149 do Picoto, espaço que sofreu profundos actos de vandalismo e que importa reabilitar e
1150 abrir à exploração dando cumprimento aos objectivos propostos; que o município do
1151 Bombarral não tem vocação, pela sua natureza pública, para a exploração deste tipo
1152 de equipamentos; que através da Associação Leader Oeste o Centro de Actividades
1153 Lúdicas e Campo de Férias do Picoto, foi alvo de co-financiamento durante a imple-
1154 mentação do QCA II, ao abrigo do PIC LEADER II e mais tarde no III QCA, a Leader
1155 Oeste acompanhou a execução e implementação do Plano de Intervenção (PI) Cesa-
1156 redes no âmbito do Programa AGRIS, Acção 7 sub-acção 7.1, que contemplava uma
1157 intervenção no referido Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias do Picoto.
1158 Que a Leader Oeste possui a capacidade financeira e a competência técnica para a
1159 execução da reabilitação em causa tendo também demonstrado conhecimento e pro-
1160 ximidade com potenciais empresas vocacionadas para a exploração de equipamentos
1161 desta natureza. Pelo presente contrato de comodato e visando a colaboração e o
1162 aproveitamento recíproco das vantagens e experiências de cada uma das entidades
1163 outorgantes, o município cede, gratuitamente, à LEader Oeste, por comodato e pelo
1164 período de 25 anos, a gestão do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias do
1165 Picoto, adiante designado por CALCFP; CLÁUSULA 1 – O primeiro outorgante é pro-
1166 prietário de um prédio rústico sito no “Picoto e Raposa” ou “Picoto e Cova da Raposa”,
1167 freguesia da Roliça, concelho de Bombarral, inscrito na matriz cadastral urbana res-
1168 pectiva sob o artigo 20, secção T e descrito na Conservatória do Registo Predial do
1169 Bombarral com o n.º 3585/950721 – Roliça, com a área total de 49.080 m²; CLÁUSU-
1170 LA 2 – O primeiro outorgante, cede, gratuitamente, o prédio rústico descrito na cláusula
1171 anterior, à segunda outorgante para que esta se utilize dele e aí desenvolva todas
1172 as condições necessárias para a instalação de um Centro de Actividades Lúdicas e
1173 um Campo de Férias. CLÁUSULA 3 – Todas as alterações necessárias ou pretendidas
1174 para a abertura do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias, nomeadamente
1175 uma eventual reclassificação do mesmo de acordo com a legislação em vigor, serão
1176 definidas pelos outorgantes por acordo mútuo. CLÁUSULA 4 – Ao primeiro outorgante
1177 compete dotar o CALCF de todas as condições para o seu licenciamento nomeada-
1178 mente a instalação da rede eléctrica prevista no projecto, a instalação da rede de
1179 água, a melhoria das acessibilidades ao nível da rede viária de acesso concretamente
1180 permitindo camionetas de turismo. CLÁUSULA 5 – Ao primeiro outorgante compete
1181 facultar todos os elementos solicitados com vista à reabilitação do espaço, bem como
1182 os licenciamentos e demais obrigações que competem à autarquia, concretamente o
1183 acompanhamento técnico e fiscalização no decurso da obra, devendo para o efeito
1184 nomear os técnicos responsáveis, tendo por objectivo a célere reabilitação do espaço.
1185 CLÁUSULA 6 – À segunda outorgante ao abrigo deste contrato compromete-se a

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

desenvolver investimentos e benfeitorias acordadas na reformulação do projecto inicial de forma a dotar o CALCF da instalação da rede de gás, a adaptação ou recuperação da rede de esgotos domésticos e acessos à fossa séptica, a recolocação da rede de vedação e portões a conclusão do edifício dos balneários, a recuperação dos dois pavilhões existentes, a reabilitação da Casa da Guarda, os arruamentos no interior do CALCF e demais edificações e benfeitorias no projecto de arquitectura a reformular acordadas entre as partes. Parágrafo único: estas benfeitorias e todas as outras que venham a ser construídas no CALCF ficarão pertença do primeiro outorgante. CLÁUSULA 7 – À segunda outorgante compete a utilização e dinamização do espaço de acordo com os seguintes objectivos: potenciar o alojamento de grupos organizados e pessoas singulares, com possibilidade de serviço complementar de alimentação; potenciar actividades de carácter lúdico-social; assegurar a utilização anual e sazonal deste equipamento vocacionando-o para acções com públicos juvenis. CLÁUSULA 8 – À segunda outorgante compete dotar o CALCF com o equipamento adequado para a realização de todas as actividades de animação e gestão, em conformidade entre ambas as partes, permanecendo na sua posse após a conclusão do presente contrato de exploração. CLÁUSULA 9 – À segunda outorgante compete dotar o CALCF com infra-estruturas necessárias à realização dos objectivos propostos, durante a vigência do protocolo e em conformidade entre ambas as partes, nomeadamente, as que constam do projecto de arquitectura a aprovar pela Câmara Municipal do Bombarral. CLÁUSULA 10 – À segunda outorgante compete o ordenamento e manutenção do interior do espaço, no âmbito da arborização e ordenamento biofísico do espaço e de caminhos pedonais do interior do PRP. CLÁUSULA 11 – À segunda outorgante será concedido o direito de exploração do CALCF por um período de 25 anos a ter início com a assinatura do presente contrato. CLÁUSULA 12 – No caso do presente protocolo ser denunciado antes do seu termo pela segunda outorgante, a mesma fica obrigada a reverter todas as benfeitorias e edificação de infra-estruturas até então realizadas, a favor do primeiro outorgante. A segunda outorgante fica obrigada a denunciar o termo antecipado do presente protocolo num período não superior a 60 dias, a partir dos quais o primeiro outorgante toma posse do CALCF. CLÁUSULA 13 – Qualquer situação omissa ao presente contrato será resolvido em concordância entre ambas as partes.” -----
-----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
0110. **ANÁLISE DA INFORMAÇÃO N.º 037/DOPPU/07, RELATIVA À PUBLICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE DESENCADEAMENTO DOS PLANOS DE PORMENOR E RELATIVA AOS TERMOS DE REFERÊNCIA DO PLANO DE PORMENOR DA VÁRZEA DA PEDRA:** Presente a informação n.º 0037/DOPPU/07, com vista a ser deliberada a publicitação em jornal regional a deliberação de desencadeamento do Plano de pormenor da Várzea da Pedra e dos termos de referência do mesmo plano. -----
-----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
0111. **ANÁLISE DA INFORMAÇÃO N.º 0038/DOPPU/07, RELATIVA À PUBLICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE DESENCADEAMENTO DOS PLANOS DE PORMENOR E**

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1230 **RELATIVA AOS TERMOS DE REFERÊNCIA DO PLANO DE PORMENOR DA**
1231 **QUINTA D. ANTÓNIA:** Presente a informação n.º 0038/DOPPU/07, com vista a ser
1232 deliberada a publicitação em jornal regional a deliberação de desencadeamento do
1233 Plano de pormenor da Quinta da D. Antónia e dos termos de referência do mesmo
1234 plano. -----
1235 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1236 xima reunião. -----
- 1237 **0112. ANÁLISE DA INFORMAÇÃO N.º 0040/DOPPU/07, RELATIVA AO PROJECTO DE**
1238 **EXECUÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE BENEFICIAÇÃO HIDROAGRICOLA**
1239 **DO APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DAS BAIXAS DE ÓBIDOS POMOVIDO**
1240 **PELO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E HIDRÁULICA:** Presente a
1241 informação n.º 0040/DOPPU/07, com vista à aprovação do projecto de execução das
1242 infra-estruturas de beneficiação hidroagrícola do aproveitamento hidroagrícola das
1243 baixas de Óbidos promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. ----
1244 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1245 xima reunião. -----
- 1246 **0113. PARA CONHECIMENTO – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA,**
1247 **DO PARECER FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE**
1248 **IMPACTO AMBIENTAL DO PROJECTO DE REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DOS**
1249 **RIOS REAL, ARNÓIA E GALVÃO E DA RIBEIRA DA AMOREIRA, REMETIDOS**
1250 **PELO INSTITUTO DO AMBIENTE:** Presente a informação n.º 0041/DOPPU/07.-----
1251 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1252 xima reunião. -----
- 1253 **0114. ANÁLISE DA PROPOSTA DE PLANO RELATIVA AO PLANO DE PORMENOR DA**
1254 **VÁRZEA DA PEDRA:** Presente a informação n.º 04/DOPPU/SPUR/07, com vista à
1255 aprovação da proposta de plano relativa ao Plano de Pormenor da Várzea da Pedra. -
1256 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1257 xima reunião. -----
- 1258 **0115. XXIV FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS – PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGA-**
1259 **MENTO DE TAXAS PARA STANDS INSTITUCIONAIS E DE VINHOS:** “Nos termos
1260 do Regulamento do Festival do Vinho Português, propõe-se que para a XXIV edição
1261 do certame a levar a efeito no ano de 2007, sejam isentos do pagamento de taxas de
1262 aluguer de stands, para além dos institucionais, também os stands de vinho, atenden-
1263 do ao interesse em que o Festival do Vinho seja uma mostra o mais abrangente possí-
1264 vel da produção vitivinícola nacional e porque face à crise que grassa no sector o
1265 pagamento das taxas ter sido em anos anteriores desincentivador da respectiva parti-
1266 cipação.” -----
1267 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1268 xima reunião. -----
- 1269 **0116. XXIV FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA**
1270 **COMISSÃO ORGANIZADORA:** “Nos termos do Regulamento do Festival do Vinho
1271 Português, propõe-se que para a XXIV edição do certame a levar a efeito no ano de
1272 2007 seja constituída a seguinte comissão organizadora: - Presidente da Câmara
1273 Municipal de Bombarral; - Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bombarral; -

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1274 Vereador com o pelouro da agricultura; - Representante da Adega Cooperativa de
1275 Bombarral, - Representante da Confraria dos Enófilos da Estremadura, - Eng. José
1276 António Martins Fonseca; - Sr. Carlos João Fernandes Pereira da Fonseca; - Sr. Mário
1277 Rui; - Sr. Fernando Filipe; - Sr. Luis Campos.” -----
1278 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1279 xima reunião. -----
- 1280 **0117. ARRANJO URBANISTICO DA PRAÇA DA REPÚBLICA – ERROS E OMISSÕES DO**
1281 **PROJECTO:** Presente a informação n.º 06/CD-DT/07, com vista à aprovação dos
1282 erros e omissões do projecto em epígrafe, no montante total de € 11.699,85, acrescido
1283 de IVA à taxa legal em vigor, que se traduz num acréscimo de 1,9% ao valor da adju-
1284 dicação. -----
1285 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1286 xima reunião. -----
- 1287 **0118. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O**
1288 **BOMBARRAL BASKET:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do Regulamento de
1289 Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e
1290 Tempos Livres; Considerando o facto do Bombarral Basket ter equipas a disputar
1291 diversos campeonatos de basquetebol, necessitando com frequência de recorrer à uti-
1292 lização de viaturas municipais para as respectivas deslocações; Proponho a aprova-
1293 ção do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais até a um total máximo
1294 de € 750 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabele-
1295 cer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara Municipal de Bombarral
1296 representada pelo seu Presidente e o Bombarral Basket representado pelo seu Presi-
1297 dente e nos termos do disposto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viatu-
1298 ras de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é
1299 celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º O Bombarral Basket encontra-se a dis-
1300 putar campeonatos de basquetebol em diversas categorias. Artigo 2.º O Bom-
1301 barral Basket dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de
1302 Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito dos campeonatos referidos
1303 no artigo 1.º. Artigo 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura
1304 para as deslocações desde que a mesma se encontre disponível nas datas
1305 solicitadas até a um total máximo de € 750 em conta corrente a ser considera-
1306 do no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. Artigo 4.º
1307 O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro de 2007.”
1308 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1309 xima reunião. -----
- 1310 **0119. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O**
1311 **CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE GAMELAS:** “Considerando o disposto no
1312 artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da
1313 Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto do Centro Cultu-
1314 ral e Recreativo de GameLAS, através do seu Rancho Folclórico, representa o municí-
1315 pio em actividades culturais por todo o País, necessitando com frequência de recorrer
1316 à utilização de viaturas municipais para as respectivas deslocações; Proponho a apro-

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

0120.

vação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais até a um total máximo de € 800 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara Municipal de Bombarral representada pelo seu Presidente e o Centro Cultural e Recreativo de Gamelas representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º O Centro Cultural e Recreativo de Gamelas, através do seu Rancho Folclórico, representa o município em actividades culturais por todo o País. Artigo 2.º O Centro Cultural e Recreativo de Gamelas dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito dos campeonatos referidos no artigo 1.º. Artigo 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura para as deslocações desde que a mesma se encontre disponível nas datas solicitadas até a um total máximo de € 800 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro de 2007.”-----

-----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----

UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O GRUPO ETNOGRÁFICO DE DANÇAS E CANTARES “BELO HORIZONTE” DO SALGUEIRO: “Considerando o disposto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto do Grupo Etnográfico de Danças e Cantares “Belo Horizonte” de Salgueiro, através do seu Rancho Folclórico, representa o município em actividades culturais por todo o País, necessitando com frequência de recorrer à utilização de viaturas municipais para as respectivas deslocações; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais até a um total máximo de € 850 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara Municipal de Bombarral representada pelo seu Presidente e o Grupo Etnográfico de Danças e Cantares “Belo Horizonte” de Salgueiro representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º O Grupo Etnográfico de Danças e Cantares “Belo Horizonte” de Salgueiro, através do seu Rancho Folclórico, representa o município em actividades culturais por todo o País. Artigo 2.º O Grupo Etnográfico de Danças e Cantares “Belo Horizonte” de Salgueiro dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito dos campeonatos referidos no artigo 1.º. Artigo 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura para as deslocações desde que a mesma se encontre disponível nas datas solicitadas até a um total máximo de € 850 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro de 2007.”-----

-----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1361 xima reunião. -----
- 1362 **0121. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A**
- 1363 **CASA DO POVO DE BOMBARRAL:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do
- 1364 Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cul-
- 1365 tura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto da Casa do Povo de Bombarral
- 1366 ter equipa a disputar o campeonato nacional de xadrês, necessitando com frequência
- 1367 de recorrer à utilização de viaturas municipais para as respectivas deslocações; Pro-
- 1368 ponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais até a um
- 1369 total máximo de € 400 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual
- 1370 a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara Municipal de
- 1371 Bombarral representada pelo seu Presidente a Casa do Povo de Bombarral represen-
- 1372 tado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo 18.º do Regulamento de
- 1373 Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e
- 1374 Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º O Casa do Povo do
- 1375 Bombarral encontra-se a disputar o campeonato nacional de xadrês, necessi-
- 1376 tando de transporte para os atletas. Artigo 2.º O Casa do Povo do Bombarral
- 1377 dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral das
- 1378 deslocações a efectuar no âmbito do campeonato referido no artigo 1.º. Artigo
- 1379 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura para as deslocações
- 1380 desde que a mesma se encontre disponível nas datas solicitadas até a um total
- 1381 máximo de € 400 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio
- 1382 anual a estabelecer pela Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente protocolo é
- 1383 válido até ao dia 31 de Dezembro de 2007.” -----
- 1384 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
- 1385 xima reunião. -----
- 1386 **0122. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O**
- 1387 **GRUPO CORAL IN VITA MUSICA:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do Regu-
- 1388 lamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura,
- 1389 Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto do Grupo Coral In Vita Musica, atra-
- 1390 vés do seu Grupo Coral, representa o município em actividades culturais por todo o
- 1391 País, necessitando com frequência de recorrer à utilização de viaturas municipais para
- 1392 as respectivas deslocações; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização
- 1393 de viaturas municipais até a um total máximo de € 300 em conta corrente a ser consi-
- 1394 derado no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. - PROTOCO-
- 1395 LO - Entre a Câmara Municipal de Bombarral representada pelo seu Presidente e o
- 1396 Grupo Coral In Vita Musica representado pelo seu Presidente e nos termos do dispo-
- 1397 sto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Servi-
- 1398 ço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo:
- 1399 Artigo 1.º O Grupo Coral In Vita Musica, através do seu grupo coral, representa o
- 1400 município em actividades culturais por todo o País. Artigo 2.º O Grupo Coral In Vita
- 1401 Musica dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral das
- 1402 deslocações a efectuar no âmbito dos campeonatos referidos no artigo 1.º. Artigo 3.º A
- 1403 Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura para as deslocações desde que a

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1404 mesma se encontre disponível nas datas solicitadas até a um total máximo de € 300
1405 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela
1406 Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro
1407 de 2007.”-----
1408 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1409 xima reunião. -----
- 1410 **0123. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O**
1411 **CLUBE RECREATIVO DELGADENSE:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do
1412 Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cul-
1413 tura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto do Clube Recreativo Delgadense
1414 se ter equipas a disputar campeonatos de luta greco-romana, necessitando com fre-
1415 quência de recorrer à utilização de viaturas municipais para as respectivas desloca-
1416 ções; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais
1417 até a um total máximo de € 750 em conta corrente a ser considerado no valor do sub-
1418 sídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara
1419 Municipal de Bombarral representada pelo seu Presidente e o Clube Recreativo Del-
1420 gadense, representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo 18.º do
1421 Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cul-
1422 tura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º O Clube
1423 Recreativo Delgadense encontra-se a disputar campeonatos de luta greco-romana.
1424 Artigo 2.º O Clube Recreativo Delgadense dará conhecimento prévio e atempado à
1425 Câmara Municipal de Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito dos campeonatos
1426 referidos no artigo 1.º. Artigo 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma
1427 viatura para as deslocações desde que a mesma se encontre disponível nas datas
1428 solicitadas até a um total máximo de € 900 em conta corrente a ser considerado no
1429 valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente
1430 protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro de 2007.”-----
1431 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1432 xima reunião. -----
- 1433 **0124. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A**
1434 **ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS BARAÇAIS:** “Considerando o
1435 disposto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao
1436 Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto da
1437 Associação de Solidariedade Social dos Baraçais, necessitar de recorrer à utilização
1438 de viaturas municipais para as deslocações de idosos da referida povoação; Proponho
1439 a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais até a um total
1440 máximo de € 350 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a
1441 estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara Municipal de
1442 Bombarral representada pelo seu Presidente e a Associação de Solidariedade Social
1443 dos Baraçais representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo
1444 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educa-
1445 ção, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º A
1446 Associação de Solidariedade Social dos Baraçais, efectua pontualmente deslocações
1447 com os idosos da localidade dos Baraçais. Artigo 2.º A Associação de Solidariedade

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1448 Social dos Baraçais dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de
1449 Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito referido no artigo 1.º. Artigo 3.º A
1450 Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura para as deslocações desde que a
1451 mesma se encontre disponível nas datas solicitadas até a um total máximo de € 350
1452 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela
1453 Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro
1454 de 2007.”-----
1455 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1456 xima reunião. -----
- 1457 **0125. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A**
1458 **PARÓQUIA DO SANTÍSSIMO SALVADOR DO MUNDO DO BOMBARRAL:** “Consi-
1459 derando o disposto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Pas-
1460 sageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o
1461 facto da Paróquia do Santíssimo Salvador do Mundo do Bombarral, necessitar de
1462 recorrer à utilização de viaturas municipais para as muitas actividades que propõem
1463 aos seus paroquianos; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de
1464 viaturas municipais até a um total máximo de 2.500 km em conta corrente a ser consi-
1465 derado no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. - PROTOCO-
1466 LO - Entre a Câmara Municipal de Bombarral, representada pelo seu presidente Luís
1467 Camilo Duarte e a Paróquia do SS. Salvador do Mundo de Bombarral, e nos termos do
1468 artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da
1469 Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Arti-
1470 go 1.º - A Paróquia do SS. Salvador do Mundo de Bombarral em virtude das muitas
1471 actividades que propõem aos seus paroquianos, necessita para algumas delas deslo-
1472 cações de transportes; Artigo 2.º - A Paróquia do SS. Salvador do Mundo de Bombar-
1473 ral dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral das des-
1474 locações a efectuar no âmbito das actividades referidas no artigo 1.º; Artigo 3.º - A
1475 Câmara Municipal de Bombarral cederá a viatura necessária desde que a mesma se
1476 encontre disponível nas datas solicitadas até atingir uma quilometragem máxima de
1477 2500 km em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer
1478 pela Câmara Municipal. Artigo 4.º - O presente protocolo é válido até ao dia 31 de
1479 Dezembro de 2007.”-----
1480 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1481 xima reunião. -----
- 1482 **0126. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A**
1483 **UNIÃO PROGRESSIVA DO VALE COVO:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do
1484 Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cul-
1485 tura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto da União Progressiva do Vale
1486 Covo ter equipas de ginástica a participar em diversas actividades, necessitando com
1487 frequência de recorrer à utilização de viaturas municipais para as respectivas desloca-
1488 ções; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais
1489 até a um total máximo de € 700 em conta corrente a ser considerado no valor do sub-
1490 sídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara
1491 Municipal de Bombarral representada pelo seu Presidente e a União Progressiva do

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

1492 Vale Covo, representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo 18.º
1493 do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação,
1494 Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º A
1495 União Progressiva do Vale Covo tem equipas de ginástica a participar em diversas
1496 actividades, necessitando de transportes para as mesmas. Artigo 2.º A União Progres-
1497 siva do Vale Covo dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de
1498 Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito dos campeonatos referidos no artigo
1499 1.º. Artigo 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura para as desloca-
1500 ções desde que a mesma se encontre disponível nas datas solicitadas até a um total
1501 máximo de € 700 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a
1502 estabelecer pela Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente protocolo é válido até ao dia
1503 31 de Dezembro de 2007.” -----
1504 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1505 xima reunião. -----

0127. **UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O
SPORT CLUBE ESCOLAR BOMBARRALENSE:** “Considerando o disposto no artigo
1507 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educa-
1508 ção, Cultura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto do Sport Clube Escolar
1509 Bombarralense ter equipas a disputar diversos campeonatos de futebol, necessitando
1510 com frequência de recorrer à utilização de viaturas municipais para as respectivas des-
1511 locações; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas muni-
1512 cipais até a um total máximo mensal de € 350 em conta corrente a ser considerado no
1513 valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre
1514 a Câmara Municipal de Bombarral representada pelo seu Presidente e o Sport Clube
1515 Escolar Bombarralense representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no
1516 artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da
1517 Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Arti-
1518 go 1.º O Sport Clube Escolar Bombarralense encontra-se a disputar campeonatos de
1519 futebol em diversas categorias, necessitando de transportes regularmente. Artigo 2.º O
1520 Sport Clube Escolar Bombarralense dará conhecimento prévio e atempado à Câmara
1521 Municipal de Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito dos campeonatos refe-
1522 ridos no artigo 1.º. Artigo 3.º 1. A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura
1523 para as deslocações desde que a mesma se encontre disponível nas datas solicitadas
1524 até a um total máximo mensal de € 350 em conta corrente a ser considerado no valor
1525 do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. 2. Sempre que o valor mensal
1526 ultrapassar os € 350 o Sport Clube Escolar Bombarralense liquidará, mensalmente, a
1527 diferença de valores. 3. Caso não seja atingido o montante protocolado, ficará o valor
1528 sobranter a crédito para o mês seguinte. 4. Para este valor não serão considerados os
1529 transportes para treinos e jogos em Óbidos, enquanto não estiver concluído o Estádio
1530 Municipal do Falcão. Artigo 4.º O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezem-
1531 bro de 2007.”-----
1532 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1533 xima reunião. -----
1534

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1535 **0128. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O**
1536 **SERVIÇO SOCIAL DOS TRABALHADORES AUTÁRQUICOS DO MUNICÍPIO DO**
1537 **BOMBARRAL:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do Regulamento de Utilização
1538 das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos
1539 Livres; Considerando o facto do Serviço Social dos Trabalhadores do Município do
1540 Bombarral, necessitar de recorrer à utilização de viaturas municipais para as activida-
1541 des da sua secção de peca; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização
1542 de viaturas municipais até a um total máximo de 1.500 km em conta corrente a ser
1543 considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. - PRO-
1544 TOCOLO - Entre a Câmara Municipal de Bombarral, representada pelo seu presidente
1545 Luís Camilo Duarte e o Serviço Social dos Trabalhadores do Município Bombarral, e
1546 nos termos do artigo 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros
1547 ao Serviço da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte
1548 protocolo: Artigo 1.º - O Serviço Social dos Trabalhadores do Município do Bombarral,
1549 através da sua secção de pesca, representa o município em convívios de pesca inter-
1550 municipais em todo o país, necessita para algumas delas deslocações de transportes;
1551 Artigo 2.º - O Serviço Social dos Trabalhadores do Município de Bombarral dará
1552 conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral das deslocações
1553 a efectuar no âmbito das actividades referidas no artigo 1.º; Artigo 3.º - A Câmara
1554 Municipal de Bombarral cederá a viatura necessária desde que a mesma se encontre
1555 disponível nas datas solicitadas até atingir uma quilometragem máxima de 1500 km
1556 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela
1557 Câmara Municipal. Artigo 4.º - O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezem-
1558 bro de 2007.”-----
1559 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1560 xima reunião. -----
1561 **0129. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O**
1562 **GRUPO DESPORTIVO VALCOVENSE:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do
1563 Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cul-
1564 tura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto do Grupo Desportivo Valcoven-
1565 se ter equipas a disputar diversos campeonatos de futebol, necessitando com fre-
1566 quência de recorrer à utilização de viaturas municipais para as respectivas desloca-
1567 ções; Proponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais
1568 até a um total máximo de € 1000 em conta corrente a ser considerado no valor do
1569 subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câma-
1570 ra Municipal de Bombarral representada pelo seu Presidente e o Grupo Desportivo
1571 Valcovense representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo 18.º
1572 do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação,
1573 Cultura, Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º O
1574 Grupo Desportivo Valcovense encontra-se a disputar campeonatos de futebol em
1575 diversas categorias, necessitando de transportes para as respectivas deslocações.
1576 Artigo 2.º O Grupo Desportivo Valcovense dará conhecimento prévio e atempado à
1577 Câmara Municipal de Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito dos campeona-
1578 tos referidos no artigo 1.º. Artigo 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1579 viatura para as deslocações desde que a mesma se encontre disponível nas datas
1580 solicitadas até a um total máximo de € 1000 em conta corrente a ser considerado no
1581 valor do subsídio anual a estabelecer pela Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente
1582 protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro de 2007.” -----
1583 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1584 xima reunião. -----
- 1585 **0130. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM O**
1586 **CLUBE DE NATAÇÃO DO BOMBARRAL:** “Considerando o disposto no artigo 18.º do
1587 Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cul-
1588 tura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto da Clube de Natação de Bom-
1589 barral ter equipa a disputar o campeonatos de natação, necessitando com frequência
1590 de recorrer à utilização de viaturas municipais para as respectivas deslocações; Pro-
1591 ponho a aprovação do protocolo anexo para utilização de viaturas municipais até a um
1592 total máximo de € 400 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual
1593 a estabelecer pela Câmara Municipal. – PROTOCOLO - Entre a Câmara Municipal de
1594 Bombarral representada pelo seu Presidente e a Clube de Natação de Bombarral
1595 representado pelo seu Presidente e nos termos do disposto no artigo 18.º do Regula-
1596 mento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura,
1597 Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º O Clube de
1598 Natação do Bombarral encontra-se a disputar campeonatos de natação em diversos
1599 escalões, necessitando de transporte para os atletas. Artigo 2.º O Clube de Natação
1600 do Bombarral dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombar-
1601 ral das deslocações a efectuar no âmbito do campeonato referido no artigo 1.º. Artigo
1602 3.º A Câmara Municipal de Bombarral cederá uma viatura para as deslocações desde
1603 que a mesma se encontre disponível nas datas solicitadas até a um total máximo de €
1604 400 em conta corrente a ser considerado no valor do subsídio anual a estabelecer pela
1605 Câmara Municipal. Artigo 4.º O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro
1606 de 2007.” -----
1607 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1608 xima reunião. -----
- 1609 **0131. UTILIZAÇÃO DE VIATURAS MUNICIPAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A**
1610 **SOCIEDADE FILAMRÓNICA CARVALHENSE:** “Considerando o disposto no artigo
1611 18.º do Regulamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educa-
1612 ção, Cultura, Desporto e Tempos Livres; Considerando o facto da Sociedade Filarmó-
1613 nica Carvalhense, através da sua banda filarmónica, representa o município em activi-
1614 dades culturais por todo o País, necessitando com frequência de recorrer à utilização
1615 de viaturas municipais para as respectivas deslocações; Proponho a aprovação do
1616 protocolo anexo para utilização de viaturas municipais por permuta com a utilização da
1617 viatura da Sociedade Filarmónica Carvalhense, sempre que a mesma se encontre dis-
1618 ponível e seja necessária à autarquia para substituição temporária no âmbito dos
1619 transportes escolares de viaturas avariadas. – PROTOCOLO - Entre a Câmara Muni-
1620 cipal de Bombarral, representada pelo seu presidente António Carlos Albuquerque
1621 Álvaro e a Sociedade Filarmónica Carvalhense e nos termos do artigo 18.º do Regu-
1622 lamento de Utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Educação, Cultura,

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- Desporto e Tempos Livres, é celebrado o seguinte protocolo: Artigo 1.º - A Sociedade Filarmónica Carvalhense representa o município do Bombarral em diversos eventos por todo o país com a sua banda filarmónica, necessita para as deslocações de transportes; Artigo 2.º - A Sociedade Filarmónica Carvalhense dará conhecimento prévio e atempado à Câmara Municipal de Bombarral das deslocações a efectuar no âmbito do referido no artigo 1.º; cedendo a Câmara a viatura necessária desde que a mesma se encontre disponível. Artigo 3.º - A Sociedade Filarmónica Carvalhense cederá a viatura de que é proprietária à Câmara Municipal de Bombarral, sempre que esta o solicite e a mesma se encontre disponível; Artigo 4.º - O presente protocolo é válido até ao dia 31 de Dezembro de 2007.” -----
-----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
- 1623
1624
1625
1626
1627
1628
1629
1630
1631
1632
1633
1634
1635 **0132. TOPONIMIA – ATRIBUIÇÃO DE NOMES DE RUAS NA VILA DE BOMBARRAL:**
1636 Presente ofício da Junta de Freguesia de Bombarral a propor a atribuição dos seguin-
1637 tes nomes de arruamentos: RUA JOSÉ PEREIRA BERNARDINO – prolongamento da
1638 Av. Casimiro da Silva Marques até ao campo de futebol; RUA DO ARNEIRO – rua do
1639 bairro em construção abaixo da nova sede do Circulo de Cultura Musical Bombarra-
1640 lense. -----
1641 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1642 xima reunião. -----
- 1643 **0133. DENÚNCIA DO FORNECIMENTO DE CONTRATOS DE ÁGUA:** Presente a informa-
1644 ção n.º 06/SAP/2007. -----
1645 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1646 xima reunião. -----
- 1647 **0134. LIMPEZA DO PAVILHÃO DESPORTIVO, PISCINA MUNICIPAL E ESPAÇO INTER-**
1648 **NET – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA:** Presente a informação n.º
1649 03/PD-2007, com vista ao cancelamento da garantia bancária n.º 36230488082471
1650 apresentada pela firma SANIAMBIENTE, Lda, para garantia da prestação do serviço
1651 de limpeza do pavilhão desportivo municipal, piscina municipal e espaço Internet de
1652 Fevereiro de 2006 a 31 de Dezembro de 2006. -----
1653 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1654 xima reunião. -----
- 1655 **0135. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO DO SENHOR VEREADOR MÁRIO MOR-**
1656 **GADO PELO PERÍODO DE 180 DIAS:** Presente ofício do senhor vereador Mário
1657 Gomes Morgado a solicitar a suspensão do seu mandato pelo período de 180 dias por
1658 motivo de doença. -----
1659 -----**INTERVENÇÃO:** O senhor vereador Gabriel Martins disse ter pena que por
1660 razões de saúde o senhor vereador Mário Morgado não possa acompanhar o executi-
1661 vo e desejariam que não fossem essas as razões que o levaram a pedir a suspensão
1662 de mandato. -----
1663 -----Efectuada votação por escrutínio secreto, foi deliberado por unanimidade e em
1664 minuta autorizar a suspensão de mandato do senhor vereador Mário Gomes Morgado,
1665 pelo período de 180 dias. -----

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1666 **0136. PROPOSTA DE VENDA EM HASTA PÚBLICA DE SUCATA:** “Os serviços do sub-
1667 sector de higiene urbana e salubridade pública de acordo com o preceituado no artigo
1668 45.º do regulamento Interno de Organização Estrutural e Funcional dos Serviços da
1669 Câmara Municipal de Bombarral tem vindo a fazer a recolha para o armazém munici-
1670 pal sito em São Brás, de diversos monos / sucata, nomeadamente máquinas de lavar
1671 roupa, frigoríficos, arcas frigoríficas, equipamentos avariados e outros bens, a pedido
1672 dos proprietários e por deixarem de ter uso. Considerando que a sucata em causa não
1673 tem qualquer utilidade para a Câmara Municipal; considerado que a sucata em causa
1674 está a ocupar parte do estaleiro municipal e a prejudicar a normal utilização do referido
1675 espaço; proponho que a Câmara Municipal em reunião, delibere colocar à venda a
1676 sucata em causa, lançando para tal uma hasta pública, devendo a adjudicação ser fei-
1677 ta à proposta mais alta por valor / quilo. As propostas deverão dar entrada nos servi-
1678 ços até ao dia 26 de Fevereiro de 2007, sendo abertas na primeira reunião do executi-
1679 vo para posterior adjudicação.”-----
1680 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1681 xima reunião. -----
- 1682 **0137. DELIBERAÇÕES EM MINUTA – OBRAS PARTICULARES:** Foi deliberado por una-
1683 nimidade e em minuta aprovar as seguintes correcções à acta n.º 01/2007 da reunião
1684 de 03.01.2007: “Na sequência da análise da acta n.º 01/2007 – Reunião ordinária do
1685 dia 2006/01/03, verificou-se que devem ser feitas correcções aos seguintes pontos:
1686 Ponto 0034.01 – Onde se lê “ foi deliberado por unanimidade aprovar os projectos de
1687 arquitectura e deferir a licença das alterações efectuadas no decurso da obra de cons-
1688 trução de garagem sita na Rua Moinho do Arneiro, vila e freguesia de Bombarral, deve
1689 ler-se: “ foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e deferir o
1690 licenciamento das alterações efectuadas no decurso da obra de construção de gara-
1691 gem sita na Rua do Olival, vila e freguesia de Bombarral,”. Ponto 0034.08 – Onde se
1692 lê “ foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção
1693 de armazém agrícola sito no lugar e freguesia do Pó, condicionado ao cumprimento da
1694 informação n.º 355/DOPPU/06, numa parcela de terreno com a área de 2.439,75 m² a
1695 destacar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial do Bombarral
1696 com o n.º 1672, freguesia da Roliça e inscrito na matriz predial sob o artigo 199, sec-
1697 ção D, ficando a parcela a destacar a confrontar do Norte e do Nascente com parcela
1698 restante, do Sul com rua e do Poente com Florindo Agostinho e outros, deve ler-se: “
1699 foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de
1700 armazém agrícola sito no lugar e freguesia do Pó, numa parcela de terreno com a área
1701 de 2.439,75 m² a desanexar da parte rústica do prédio misto com a área de 11206 m²
1702 descrito na Conservatória do Registo predial do Bombarral com o n.º 0839, freguesia
1703 da Roliça e inscrito na matriz predial sob o artigo 303, secção D, ficando a parcela a
1704 destacar a confrontar no Norte e do Nascente com Guilherme Maximino, do Sul com
1705 Rua dos Moinhos e do Poente com Florentino Agostinho, Maria Emília Alentejo, Carlos
1706 Dias Ferreira, Fernando Bernardo e Herdeiros de Joaquim Fonseca, “ Ponto 0034.09 –
1707 Onde se lê “ foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo período de 24
1708 meses.” Deve ler-se: “ foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo
1709 período de 24 meses, condicionado ao cumprimento do teor da informação

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1710 0356/DOPPU/06. Ponto 0034.12 – Onde se lê “ foi deliberado por unanimidade apro-
1711 var a alteração da calendarização da construção de armazém para recolha de palhas,
1712 fenos e aparas sito na Quinta da Freiria, freguesia do Pó. ” Deve ler-se: “ foi deliberado
1713 por unanimidade aprovar a alteração da calendarização da construção de armazém
1714 para recolha de palhas, fenos e aparas sito na Quinta da Freiria, freguesia do Pó, con-
1715 dicionado à apresentação de nova certidão da conservatória do registo predial e ter-
1716 mos de responsabilidade dos autores dos projectos, à excepção do projecto de archi-
1717 tectura. “ Ponto 0034.13 – Onde se lê “ foi deliberado por unanimidade aprovar as alte-
1718 rações ao projecto de arquitectura para construção de armazém agrícola sito na Rua
1719 Manuel Marques, lugar e freguesia do Pó. ” Deve ler-se “ foi deliberado por unanimi-
1720 dade aprovar as alterações ao projecto de arquitectura para construção de armazém
1721 agrícola sito na Rua Manuel Marques, lugar e freguesia do Pó, condicionado a apre-
1722 sentar em sede de especialidades o projecto electrotécnico ou ficha electrotécnica
1723 com o eventual aumento de potência eléctrica e as características técnicas da Câmara
1724 frigorífica, acompanhados de memória descritiva. “ Ponto 0034.14 – Onde se lê “ Foi
1725 deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para reabilitação e alte-
1726 ração de habitação sita no lugar e freguesia de Carvalhal, condicionado ao cumpri-
1727 mento da informação n.º 501/DOPPU/SLOP/2006.” Deve ler-se “ Foi deliberado por
1728 unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para reabilitação e alteração de habi-
1729 tação sita no lugar e freguesia de Carvalhal, condicionado à apresentação em sede de
1730 especialidades de correcções ao suporte digital e novo pormenor construtivo que con-
1731 tenha a informação prevista na alínea E) do n.º 3 da Portaria n.º 1110/2001, de 19.09.”
1732 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1733 xima reunião. -----
- 1734 **0138. ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA – VASCO FREIRE NUNES:** “Considerando o
1735 teor da informação nº 06/07, relativa ao consumidor Vasco Freire Nunes, que se junta;
1736 Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que
1737 houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação é
1738 anular a factura, competência da Câmara Municipal; Proponho, que a Câmara Municipi-
1739 pal delibere anular a factura/recibo nº 28898 e que os serviços emitam nova factura de
1740 acordo com os elementos recolhidos.” -----
1741 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1742 xima reunião. -----
- 1743 **0139. ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA – JOSÉ ANTÓNIO FARIA REIS:** “Consideran-
1744 do o teor da informação nº 33/06, relativa ao consumidor José António Faria Reis, que
1745 se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo veri-
1746 ficou que houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a
1747 situação é anular a factura, competência da Câmara Municipal; Proponho, que a
1748 Câmara Municipal delibere anular a factura/recibo nº 29201 e que os serviços emitam
1749 nova factura de acordo com os elementos recolhidos.” -----
1750 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1751 xima reunião. -----
- 1752 **0140. ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA – CARLOS MANUEL PAULA DE JESUS:**
1753 “Considerando o teor da informação nº 31/06, relativa ao consumidor Carlos Manuel

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1754 Paula de Jesus, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr.
1755 Fernando Rebelo verificou que de facto houve lapso na contagem; Considerando que
1756 a única forma de regularizar a situação é anular a factura, competência da Câmara
1757 Municipal; Proponho, que a Câmara Municipal delibere anular a factura/recibo nº
1758 34304 e que os serviços emitam nova factura de acordo com os elementos recolhi-
1759 dos.”-----
1760 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1761 xima reunião. -----
1762 **0141. ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA – JOSÉ PEREIRA DA SILVA:** “Considerando
1763 o teor da informação nº 32/06, relativa ao consumidor José Pereira da Silva, que se
1764 junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verifi-
1765 cou que de facto houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regu-
1766 larizar a situação é anular a factura, competência da Câmara Municipal; Proponho,
1767 que a Câmara Municipal delibere anular a factura/recibo nº 33328 e que os serviços
1768 emitam nova factura de acordo com os elementos recolhidos.”-----
1769 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1770 xima reunião. -----
1771 **0142. ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA – MARIA GRACIETE SOARES DUARTE:**
1772 “Considerando o teor da informação nº 30/06, relativa à consumidora Maria Graciete
1773 Soares Duarte, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr.
1774 Fernando Rebelo verificou que de facto houve lapso na contagem; Considerando que
1775 a única forma de regularizar a situação é anular a factura, competência da Câmara
1776 Municipal; Proponho, que a Câmara Municipal delibere anular a factura/recibo nº
1777 31821 e que os serviços emitam nova factura de acordo com os elementos recolhi-
1778 dos.”-----
1779 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1780 xima reunião. -----
1781 **0143. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – FILOMENA CARDOSO COSTA**
1782 **PEREIRA VALE FLORIM:** Presente a informação n.º 05/DARH/SAP/2006, com vista a
1783 ser autorizado o pagamento em prestações da dívida por consumo de água em nome
1784 de Filomena Cardoso Costa Pereira Vale Florim. -----
1785 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1786 xima reunião. -----
1787 **0144. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – MANUEL AGOSTINHO MONTEIRO:**
1788 “Considerando o teor da informação nº 03/07, relativa ao consumidor Manuel Agosti-
1789 nho Monteiro, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr.
1790 Fernando Rebelo verificou que não houve lapso na contagem; Considerando que a
1791 única forma de regularizar a situação é o pagamento da factura; Proponho, que a
1792 Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento da factura/recibo nº 35228 em dez
1793 prestações.”-----
1794 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1795 xima reunião. -----
1796 **0145. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – ARTUR ANTÃO GOMES:** “Conside-
1797 rando o teor da carta de Luís Filipe Jesus Marques, a informar que recebeu a factura

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

- 1798 em nome de Artur Antão Gomes no valor de 451,26 €, que se junta cópia; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que não houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação é o pagamento da factura; Proponho, que a Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento da factura/recibo nº 31912 em cinco prestações.”-----
- 1799 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
- 1800
- 1801
- 1802
- 1803
- 1804
- 1805 **0146. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – PAULO JORGE F. MARTINS:** “Considerando o teor da informação nº 24/06, relativa ao consumidor Paulo Jorge F. Martins, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que não houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação é o pagamento da factura; Proponho, que a Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento da factura/recibo nº 31858 em seis prestações.” ---
- 1806 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
- 1807
- 1808
- 1809
- 1810
- 1811
- 1812
- 1813 **0147. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – EMILIA CÉSAR DIAS:** “Considerando o teor da informação nº 04/07, relativa à consumidora Emília César Dias, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que não houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação é o pagamento da factura; Proponho, que a Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento da factura/recibo nº 34170 em duas prestações.”-----
- 1814 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
- 1815
- 1816
- 1817
- 1818
- 1819
- 1820
- 1821 **0148. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – MARIA CAROLINA SILVESTRE:** “Considerando o teor da informação nº 05/07, relativa à consumidora Maria Carolina Silvestre, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que não houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação é o pagamento da factura; Proponho, que a Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento da factura/recibo nº 34988 em três prestações.” -----
- 1822 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
- 1823
- 1824
- 1825
- 1826
- 1827
- 1828
- 1829
- 1830 **0149. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – DÁRIO RICARDO & GONÇALO LDA:** “Considerando o teor da informação nº 34/06, relativa ao consumidor Dário Ricardo e Gonçalo, Lda, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que não houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação é o pagamento da factura; Proponho, que a Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento da factura/recibo nº 28854 em quatro prestações.”-----
- 1831 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião. -----
- 1832
- 1833
- 1834
- 1835
- 1836
- 1837
- 1838
- 1839 **0150. RESTITUIÇÃO DE VERBA – MANUEL CARLOS VICENTE:** “Considerando o teor da informação nº 27/06, relativa ao consumidor Manuel Carlos Vicente, que se junta; Considerando que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que
- 1840
- 1841

ACTA N.º 04/2007 – Reunião ordinária do dia 2007.02.05

1842 houve lapso na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação,
1843 e por o consumidor já ter pago a factura nº 33879, é a restituição do valor pago a mais
1844 num total de 72,40 €; Proponho, que a Câmara Municipal delibere restituir o valor de
1845 72,40 € ao Sr. Manuel Carlos Vicente.” -----
1846 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1847 xima reunião. -----
1848 **0151. RESTITUIÇÃO DE VERBA – FRANCISCO CARLOS:** “Considerando o teor da infor-
1849 mação nº 28/06, relativa ao consumidor Francisco Carlos, que se junta; Considerando
1850 que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que houve lapso na
1851 contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação, e por o consu-
1852 midor já ter pago a factura nº 35526, é a restituição do valor pago a mais num total de
1853 74,66 €; Proponho, que a Câmara Municipal delibere restituir o valor de 74,66 € ao Sr.
1854 Francisco Carlos.” -----
1855 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1856 xima reunião. -----
1857 **0152. RESTITUIÇÃO DE VERBA – SHARON JANE SMITH:** “Considerando o teor da infor-
1858 mação nº 02/07, relativa ao consumidor Sharon Jane Smith, que se junta; Consideran-
1859 do que o fiscal de leituras e consumos, Sr. Fernando Rebelo verificou que houve lapso
1860 na contagem; Considerando que a única forma de regularizar a situação, e por o consu-
1861 midor já ter pago a factura nº 34506, é a restituição do valor pago a mais num total
1862 de 47,85 €; Proponho, que a Câmara Municipal delibere restituir o valor de 47,85 € à
1863 senhora D. Sharon Jane Smith.” -----
1864 -----Devido ao adiantado da hora foi adiada a apreciação deste assunto para a pró-
1865 xima reunião. -----
1866 -----
1867 -----Pelas 21.30 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que
1868 depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2
1869 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo
1870 funcionário municipal que a lavrou.-----
1871
1872 O Presidente da Câmara:
1873
1874 O Funcionário:
1875